



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Vassouras

LEI Nº. 2.416 DE 08 DE AGOSTO DE 2008.

Autoriza o **Poder Executivo** a celebrar o **Convênio de Cooperação com o Estado do Rio de Janeiro**, para organização dos serviços municipais de abastecimento de água e a autorização da execução de tais serviços pela **Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Estado do Rio de Janeiro – CEDAE**, por intermédio de Contrato de Programa.

A Câmara Municipal de Vassouras aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI:

Artº 1º - Fica o **Poder Executivo** autorizado a celebrar o **CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO**, com fundamento no artigo 241 da Constituição Federal, Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, Lei Federal nº 11.445, de 08 de janeiro de 2007, e Decreto Estadual nº 39, de 24 de março de 1975, visando a delegação das competências de organização dos serviços públicos municipais de abastecimento de água ao **Estado do Rio de Janeiro** para que a prestação desses serviços seja executado pela **Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Estado do Rio de Janeiro – CEDAE**.

Artº 2º - Fica o **Poder Executivo**, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93, nas Legislações referidas no artigo anterior e na forma e conteúdo da inclusa minuta contratual, que integra esta Lei, autorizado a celebrar **CONTRATO DE PROGRAMA**, com a **Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Estado do Rio de Janeiro – CEDAE**, visando à prestação dos serviços municipal de abastecimento de água.

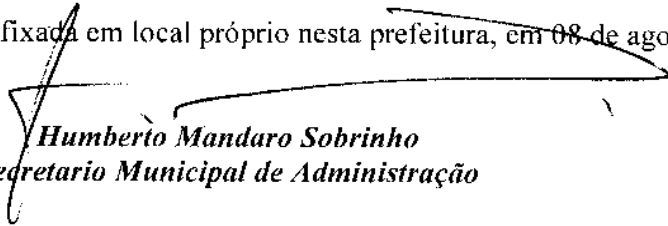
Artº 3º - As autoridades de que tratam os artigos 1º e 2º desta Lei, visam à integração dos serviços públicos municipais de abastecimento de água ao serviço estadual de saneamento básico e abrangerá, no todo ou em parte, as atividades integradas e suas respectivas infra-estruturas e instalações operacionais.

Artº 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Vassouras, 08 de agosto de 2008.


Eurico Pinheiro Bernardes
Prefeito Municipal

Certifico que esta Lei foi afixada em local próprio nesta prefeitura, em 08 de agosto de 2008.

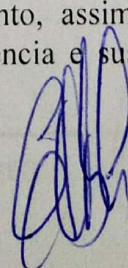

Humberto Mandaro Sobrinho
Secretario Municipal de Administração

PLANO DE METAS

MUNICÍPIO DE VASSOURAS

Programa de Investimentos, para os Sistemas de Abastecimento de Água, no município de Vassouras			
Metas	Ano	Serviço a ser executado	Descrição dos Serviços
1º	1	Avaliação de todos os sistemas de abastecimento de água	Avaliação e elaboração de projetos, e recuperação nos sistemas de abastecimento de água (produção e tratamento) do município.
2º	1-2	Recuperação Comercial	Implantação de Gestão Comercial, bem como implantar ações de combate a fraudes, furtos e desperdício de água.
3º	1-2	Implantação de sistema de abastecimento de água na localidade de São Sebastião dos Ferreiros	Implantação de sistema completo de abastecimento de água, composto de captação, estação de tratamento com capacidade de 15 m ³ /h e fornecimento e assentamento de 2.600m de rede distribuidora na localidade de São Sebastião dos Ferreiros.
4º	1-2	Implantação de sistema de abastecimento de água na localidade de Aliança	Implantação de sistema de abastecimento de água, composto de reservatório superior e assentamento de rede distribuidora na localidade de Aliança.
5º	4-5	Estudo para implantação de sistema de abastecimento de água na localidade de Cananéia	Estudo para implantação de sistema de abastecimento de água na localidade de Cananéia.
6º	1-2	Estudo de Manancial	Estudos alternativos dos mananciais próximo a localidade de Massambará, visando a substituição do manancial atual, para a captação de água bruta.
7º	1-35	Análises de Demanda	Do momento da assinatura do convênio, até a previsão para seu encerramento a empresa se compromete a fazer constantes análises das demandas, visando sempre proporcionar atendimento digno à população do município.

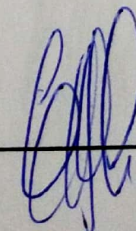
Observações Finais: Os investimentos acima previstos para a realização das obras de implantação ou ampliação dos sistemas de abastecimento de água, estarão condicionados ao enunciado no item II, do artigo 11, da Lei 11.445/07, que prevê a realização do estudo comprovando a viabilidade técnica e econômica-financeira do investimento, assim como, respeitar sempre o princípio fundamental da Lei do Saneamento que é a eficiência e sustentabilidade econômica na prestação dos serviços.



CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO

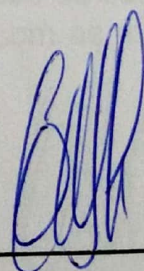
CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VASSOURAS, O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS - SEOBRAS, PARA A DELEGAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COM A AUTORIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DE TAIS SERVIÇOS PARA A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE, POR INTERMÉDIO DE CONTRATO DE PROGRAMA.

O **MUNICÍPIO DE VASSOURAS**, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito **EURICO PINEIRO BERNARDES JUNIOR**, doravante denominado **MUNICÍPIO**, o **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS - SEOBRAS**, neste ato representado por seu secretário Sr. **LUIZ FERNANDO DE SOUZA**, doravante denominada **SECRETARIA**, e a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**, sociedade de economia mista, com sede na rua Sacadura Cabral, 103, Centro, RJ, CEP.: 20.081-262, inscrita no CNPJ/MF sob o nº33.352.394/0001-04, neste ato representado por seu Diretor-Presidente, o engenheiro **WAGNER GRANJA VICTER**, e pelo Diretor de Distribuição e Comercialização do Interior, o engenheiro **HELENO SILVA DE SOUZA** doravante denominada **CEDAE** resolvem, de comum acordo, celebrar o presente **CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO**, doravante denominado **CONVÊNIO**, para a organização e planejamento dos **SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO**, compreendendo as infra-estruturas, instalações operacionais e serviços de **ABASTECIMENTO DE ÁGUA**, no âmbito do território do **MUNICÍPIO**:



CONSIDERANDO:

- (i) as características e necessidades técnicas, sociais e econômicas dos sistemas e serviços de saneamento básico no MUNICÍPIO, em especial a necessidade de organização, planejamento e equilíbrio econômico e financeiro da prestação em escala regional;
- (ii) que o MUNICÍPIO integra as ações de saneamento básico de âmbito estadual, executadas por meio da CEDAE sendo, ao mesmo tempo, beneficiário e contribuinte daquelas ações;
- (iii) o relevante interesse do MUNICÍPIO na integração e no compartilhamento da organização e planejamento, dos serviços de saneamento executados em sua circunscrição territorial com aqueles prestados pela SECRETARIA, por meio da CEDAE;
- (iv) o disposto no art. 241 da Constituição Federal, com redação conferida pela Emenda Constitucional nº 19/1998, art. 13 da Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e art. 8º da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.
- (v) os termos da Decreto Estadual nº 39 de março de 1975 que criou a Companhia Estadual de Água e Esgotos do Estado do Rio de Janeiro - CEDAE e, autorizou o Poder Executivo Estadual delegar a ela, a prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO no Estado;
- (vi) os termos da Lei Orgânica do Município, concernentes à política de saneamento básico;



O MUNICÍPIO, a SECRETARIA, e a CEDAE, denominadas conjuntamente por PARTÍCIPIES, e individualmente por PARTÍCIPE, resolvem firmar o presente CONVÊNIO, que se regerá pelas disposições legais atinentes à matéria e pelas cláusulas e condições a seguir estipuladas:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente CONVÊNIO tem por objeto a delegação pelo MUNICÍPIO das atividades de organização e planejamento da prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO e cooperação técnica com a SECRETARIA, autorizando a execução de tais serviços à COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CEDAE.

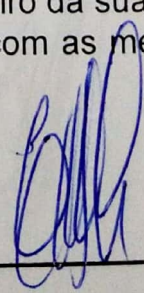
PARÁGRAFO ÚNICO: O CONTRATO DE PROGRAMA celebrado entre o MUNICÍPIO e a CEDAE é parte integrante deste CONVÊNIO.

DO PLANEJAMENTO

CLÁUSULA SEGUNDA: A prestação dos serviços de saneamento básico observará o plano Estadual de Saneamento Básico, os procedimentos, as ações previstas e constantes do Contrato de Programa, suas revisões, ajustes e aditivos, visando a realização de sua adequada prestação e gradual expansão.

§1º - As metas iniciais dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO são aquelas estabelecidas no Contrato de Programa firmado entre o MUNICÍPIO e a CEDAE.

§2º - As eventuais revisões e ajustes das metas iniciais dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO, ensejarão alterações no Contrato de Programa, sendo asseguradas a preservação do equilíbrio econômico e financeiro da sua prestação e a necessária articulação e adequação com o planejamento e com as metas de âmbito regional ou estadual.



§3º- O MUNICÍPIO deverá promover a articulação e a adequação entre o planejamento dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO e aquele de ordenamento territorial.

§4º - Sempre que alterações no ordenamento territorial implicarem em necessidades de revisão do planejamento dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO, o MUNICÍPIO deve informar a SECRETARIA, ambos, de comum acordo, poderão alterar aquelas metas, observando-se a preservação do equilíbrio econômico e financeiro da prestação dos serviços e a adequação ao planejamento e às metas de âmbito regional ou estadual.

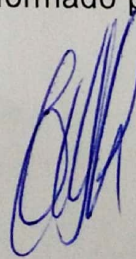
DAS NORMAS

CLÁUSULA TERCEIRA: As normas para a prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO no MUNICÍPIO serão reguladas, fiscalizadas e acompanhadas pela SECRETARIA, com a colaboração do MUNICÍPIO que observará o conjunto das medidas legais, contratuais e regulamentares que regem o Contrato de Programa firmado entre o MUNICÍPIO e a CEDAE, visando sua adequada e eficiente prestação.

§1º - As normas iniciais dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO são aquelas estabelecidas no Contrato de Programa firmado entre o MUNICÍPIO e a CEDAE, assim como as medidas legais iniciais são aquelas vigentes à época de sua assinatura.

§2º - Os reajustes tarifários periódicos e extraordinários, serão realizados pela CEDAE de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis em seu sistema próprio de cobrança de tarifas.

§3º - O MUNICÍPIO poderá criar Comitê Municipal de Acompanhamento da prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO, formado por representação do Poder Executivo, dos Usuários e da Sociedade.



DAS ATRIBUIÇÕES

CLÁUSULA QUARTA: Para a consecução do objeto pactuado neste instrumento, além das demais cláusulas deste CONVÊNIO, compete:

§ 1º - Ao **MUNICÍPIO**:

I - Celebrar Contrato de Programa com a CEDAE;

II - desonerar a CEDAE de todos os tributos e taxas municipais nas áreas e instalações operacionais e administrativas existentes à data da celebração do Contrato de Programa, que será extensível àquelas criadas durante a sua vigência como também, desonerar de royalties, de preços públicos relacionados ao uso de vias públicas, seu espaço aéreo e seu subsolo, e ao uso de quaisquer outros bens municipais necessários à execução dos serviços;

III - ceder à CEDAE as servidões de passagem já regularizadas, pelo prazo em que vigorar o Contrato de Programa;

IV - fornecer à SECRETARIA todas as informações que disponha, relativas aos serviços de saneamento em seu território, e que sejam necessárias ao exercício das atividades delegadas;

V - colaborar com a SECRETARIA no acompanhamento do cumprimento das metas dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO, estabelecidas no Contrato de Programa e no planejamento dos serviços;

VI - ter acesso, por intermédio de seus agentes devidamente credenciados, às instalações e aos dados relativos à administração, contabilidade e recursos técnicos da CEDAE, afetos à prestação dos serviços no âmbito do MUNICÍPIO, na forma do Contrato de Programa;

VII - realizar investimentos, mediante entendimentos específicos com a SECRETARIA e a CEDAE, para antecipação de metas ou para atendimento de demandas não previstas no Contrato de Programa;

VIII - acompanhar o cumprimento do plano de metas e dos padrões dos serviços, previstas nas normas legais, regulamentares e contratuais, indicando eventuais falhas e necessidades de ajustes, conforme o caso;

IX - estabelecer, caso necessário, Comitê Municipal de Acompanhamento da Prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO, conforme disposto na Cláusula Terceira.

X - declarar bens imóveis de utilidade pública, em caráter de urgência, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, estabelecer limitações administrativas e autorizar ocupações temporárias de bens imóveis para assegurar a realização e a conservação de serviços e obras vinculados à prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO e ao cumprimento do planejamento e metas, descritos no Contrato de Programa, no âmbito do MUNICÍPIO, objeto deste CONVÊNIO;

XI - comunicar a CEDAE as reclamações recebidas dos USUÁRIOS;

§ 2º - À SECRETARIA:

I - estabelecer em conjunto com o MUNICÍPIO as metas e eventuais revisões de política de saneamento básico previstas para o MUNICÍPIO, constantes do Contrato de Programa firmado com a CEDAE;

II - acompanhar o cumprimento das metas previstas no Contrato de Programa, firmado pela CEDAE e o MUNICÍPIO;

III - fornecer todas as informações e dados disponíveis de qualquer natureza relacionados a organização e ao planejamento dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO, objeto deste CONVÊNIO, assim como, outras solicitadas por escrito pelo MUNICÍPIO;

IV - exercer com competência e eficiência as atividades delegadas por este CONVÊNIO, fornecendo os recursos institucionais, técnicos e financeiros necessários

ao desenvolvimento das funções de organização e planejamento dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO no âmbito do MUNICÍPIO;

V - promover, em cooperação com o MUNICÍPIO, a necessária coordenação de ações relacionadas a organização e ao planejamento do saneamento básico no MUNICÍPIO.

§3º - Das atribuições comuns do **MUNICÍPIO** e da **SECRETARIA**:

I - Promover e desenvolver medidas que assegurem a adequada preservação e conservação do meio ambiente;

II - desenvolver ações que valorizem a economia de água, a fim de viabilizar políticas de preservação dos recursos hídricos e do meio ambiente;

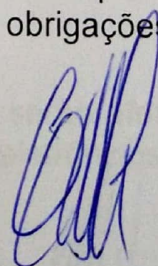
III - cumprir e fazer cumprir as disposições do REGULAMENTO DOS SERVIÇOS, documento anexo ao Contrato de Programa e as condições deste CONVÊNIO;

IV - zelar pela boa qualidade dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO;

V - estimular o aumento da eficiência dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO;

VI - manter em seus arquivos, informações e documentação referente às redes, instalações e equipamentos utilizados nos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO, que lhes serão encaminhados pela CEDAE;

VII - auxiliar a CEDAE no relacionamento com os demais gestores que possuem interface com o saneamento básico, particularmente aqueles responsáveis por ordenamento territorial, recursos hídricos, meio ambiente e saúde pública, assim como com os usuários, buscando facilitar o cumprimento das obrigações previstas neste CONVÊNIO e no Contrato de Programa.



DO PRAZO

CLÁUSULA QUINTA: O prazo de vigência deste CONVÊNIO é de **40 (quarenta) anos**, contados da data de sua assinatura, renovado por mais **40 (quarenta) anos** automaticamente, admitindo-se sucessivas prorrogações, por iguais períodos, vinculado ao Contrato de Programa a ser celebrado entre CEDAE e MUNICÍPIO, extinguindo-se após o efetivo cumprimento de todas as condições legais e cláusulas pactuadas no referido Contrato, incluindo o prévio pagamento das indenizações, considerado indispensável ao válido encerramento do ajuste.

DA EXTINÇÃO DO CONVÊNIO

CLÁUSULA SEXTA: O presente CONVÊNIO será EXTINTO, exclusivamente, nas seguintes hipóteses:

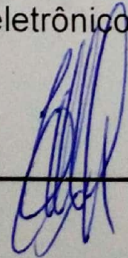
I - Advento do termo final do prazo do CONVÊNIO com a denúncia expressa e formal manifestada pelos PARTÍCIPIES, caso isso não ocorra o presente CONVÊNIO permanecerá vigente;

II - Por infração legal ou descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente CONVÊNIO.

PARÁGRAFO ÚNICO: A denúncia total ou parcial do CONVÊNIO pelos PARTÍCIPIES não afeta a vigência do Contrato de Programa firmado entre o MUNICÍPIO e a CEDAE para a prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO.

DAS COMUNICAÇÕES

CLÁUSULA SÉTIMA: As comunicações entre os PARTÍCIPIES serão efetuadas por escrito e remetidas sob protocolo, sendo admitidos os meios eletrônicos, devendo neste caso ser encaminhada cópia por escrito, sob protocolo.



§1º- Consideram-se, para efeitos de remessa das comunicações, na forma desta Cláusula, os seguintes endereços:

- a) MUNICÍPIO: Rua Barão de Vassouras, 45 Centro – Vassouras, CEP.: 27.700.000;
- b) SECRETARIA: Rua México, 125 – 9º andar - Centro – RJ – CEP.: 20.020-100;
- c) CEDAE: Rua Sacadura Cabral, 103 – Centro – RJ – CEP.: 20.081.260

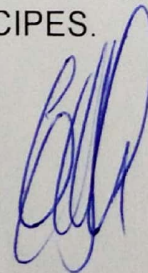
§2º - Qualquer PARTICIPE poderá modificar o endereço mediante simples comunicação por escrito aos demais.

PUBLICAÇÃO E REGISTRO DO CONVÊNIO

CLÁUSULA OITAVA: Após a assinatura deste CONVÊNIO, os PARTICIPES providenciarão sua publicação, mediante extrato, nos respectivos Diários Oficiais, dentro do prazo estabelecido em lei.

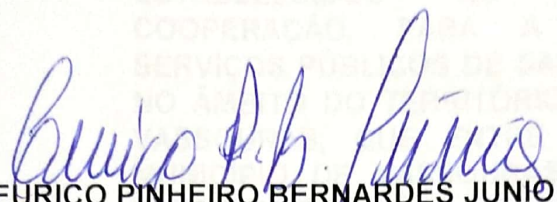
DO FORO

CLÁUSULA NONA: Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Capital do Estado do Rio de Janeiro, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões decorrentes deste CONVÊNIO, que não puderem ser resolvidas de comum acordo pelos PARTICIPES.



Assim, havendo sido ajustado, fizeram as partes lavrar o presente instrumento, em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma, que serão assinadas pelos PARTÍCIPIES, juntamente com duas testemunhas, para que produza seus regulares efeitos, obrigando-se entre si e sucessores.

Rio de Janeiro, de de 2008.



EURICO PINHEIRO BERNARDES JUNIOR
PREFEITO DE VASSOURAS

LUIZ FERNANDO DE SOUZA
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
SEOBRAS

WAGNER GRANJA VICTER
DIRETOR-PRESIDENTE DA CEDAE

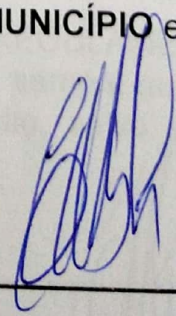
HELENO SILVA DE SOUZA
DIRETOR DE DISTRIBUIÇÃO E
COMERCIALIZAÇÃO DO INTERIOR
DA CEDAE

TESTEMUNHAS:

CONTRATO DE PROGRAMA

CONTRATO DE PROGRAMA, NOS TERMOS ESTABELECIDOS NO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO NO ÂMBITO DO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE VASSOURAS, QUE ENTRE SI CELEBRAM, O MUNICÍPIO DE VASSOURAS E A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE.

Nos termos estabelecidos no Convênio de Cooperação firmado pelo **MUNICÍPIO DE VASSOURAS** e o **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, através da **SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS – SEOBRAS**, e a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**, o **MUNICÍPIO DE VASSOURAS**, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito **EURICO PINHEIRO BERNARDES JUNIOR**, doravante denominado **MUNICÍPIO** e a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS-CEDAE**, sociedade de economia mista sob controle do Estado do Rio de Janeiro, criada pelo Decreto Lei Estadual nº 39 de 24 de março de 1975, registrada na JUCERJA sob o nº 5.000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.352.394/0001-04, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Rua Sacadura Cabral nº 103, centro, CEP.: 20.081-262, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, o engenheiro **WAGNER GRANJA VICTER** e pelo Diretor de Distribuição e Comercialização do Interior, o engenheiro **HELENO SILVA DE SOUZA**, doravante denominada **CEDAE**, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente **CONTRATO DE PROGRAMA**, para prestação e exploração de **SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO**, integrado pelas infra-estruturas, instalações operacionais e **SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA**, no âmbito do território do **MUNICÍPIO** e ainda:



CONSIDERANDO QUE:

(i) o presente CONTRATO foi celebrado em conformidade com o artigo 241 da Constituição Federal, art. 13 da Lei Federal nº 11.107/2005, art. 8º da Lei 11.445/2007, Decreto Estadual nº 39 de 24 de março de 1975 ;

(ii) as características e necessidades técnicas, sociais e econômicas dos sistemas e serviços públicos de saneamento básico no **MUNICÍPIO**, em especial a necessidade da prestação dos serviços e do seu equilíbrio econômico e financeiro em escala regional.

O **MUNICÍPIO** e a **CEDAE**, denominados conjuntamente por **CONTRATANTES**, resolvem firmar o presente **CONTRATO DE PROGRAMA PARA PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO**, doravante denominado por **CONTRATO**, se regerá pelas disposições legais atinentes à matéria, e pelas cláusulas e condições a seguir estipuladas:

DO OBJETO E ÁREA DE ATUAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA: Constitui objeto deste CONTRATO a exploração dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA no limite territorial do MUNICÍPIO DE VASSOURAS. Os serviços objeto deste CONTRATO serão prestados pela CEDAE, nas ÁREAS AFETAS À EXPLORAÇÃO mediante a cobrança de TARIFA diretamente aos USUÁRIOS dos serviços, na forma estabelecida neste CONTRATO, podendo ser adotados subsídios não tarifários, na forma do § 2º do artigo 29 da Lei 11.445/2007.

DAS DEFINIÇÕES

CLÁUSULA SEGUNDA: Além das definições utilizadas no REGULAMENTO DOS SERVIÇOS, neste CONTRATO os termos a seguir indicados, sempre que grafados em letras maiúsculas, terão o significado a seguir transcrito, salvo se do seu contexto resultar sentido claramente diverso:

- **SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO:** são as atividades integradas que compreendem a totalidade das infra-estruturas, instalações operacionais e serviços desde a captação, transporte, adução e tratamento de água bruta; transporte, adução, reservação e distribuição de água potável aos USUÁRIOS, nas ÁREAS AFETAS À EXPLORAÇÃO, obedecida a legislação em vigor;
- **ÁREAS AFETAS À EXPLORAÇÃO:** é o limite territorial do MUNICÍPIO DE VASSOURAS e do correspondente sistema de saneamento básico;
- **BENS AFETOS À EXPLORAÇÃO:** é o conjunto de bens, instalações, equipamentos e edificações necessários à prestação dos serviços de abastecimento de água, que já existem e que venham a ser adquiridos posteriormente a celebração do presente CONTRATO, afetos à prestação dos serviços, no âmbito das ÁREAS AFETAS À EXPLORAÇÃO;
- **SISTEMA EXISTENTE:** é o atual conjunto de bens, instalações, equipamentos e edificações dos sistemas de abastecimento de água, objeto de exploração nos moldes deste CONTRATO;
- **SISTEMA:** é o SISTEMA EXISTENTE e as suas futuras melhorias e ampliações a serem realizadas pela CEDAE;
- **TARIFA DE SANEAMENTO BÁSICO ou TARIFA:** é o valor pecuniário a ser cobrado pela CEDAE dos USUÁRIOS, em virtude da prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO;
- **USUÁRIOS:** são as pessoas ou grupo de pessoas que se utilizam dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO;
- **REGULAMENTO DOS SERVIÇOS:** é o conjunto de normas que regulam a prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO nas ÁREAS AFETAS À EXPLORAÇÃO, contido no Anexo II deste Contrato;
- **SERVIÇO ADICIONAL:** é todo e qualquer serviço não relacionado aos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO ou aos SERVIÇOS COMPLEMENTARES, que poderá ser prestado pela CEDAE, na forma prevista neste CONTRATO, com a utilização dos bens afetos ou vinculados aos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO;

- **SERVIÇO COMPLEMENTAR:** é o serviço auxiliar, complementar e/ou correlato aos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO, compreendendo as atividades de corte, religação, expedição da segunda via de conta, entre outras;
- **RECEITA ADICIONAL:** é toda e qualquer receita decorrente da prestação de SERVIÇO ADICIONAL, não relacionado aos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO ou aos SERVIÇOS COMPLEMENTARES, que poderá ser explorada pela CEDAE;
- **RECEITA COMPLEMENTAR:** é a receita oriunda dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES;
- **RECEITA DA EXPLORAÇÃO:** é a receita oriunda da prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO, acrescida da RECEITA COMPLEMENTAR e da RECEITA ADICIONAL;
- **REVISÃO:** é a alteração ordinária ou extraordinária do valor das TARIFAS, para mais ou para menos, observadas as condições previstas neste CONTRATO e nas normas legais e regulamentares aplicáveis;
- **URBANIZAÇÃO INTEGRADA:** é uma ferramenta de intervenção intergovernamental para dotar o espaço urbano de condições adequadas de vida, mediante um conjunto de ações intersetoriais articuladas, de forma a integrar os serviços de saneamento básico à ações de urbanização e melhoria das condições habitacionais, como pavimentação e drenagem de vias, melhoria e/ou construção de instalações hidro-sanitárias das residências, remoção e relocação de famílias para o reordenamento urbano, com conseqüente construção de moradias, e educação sanitária e ambiental;
- **PLANO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:** é um plano operacional que detalhará as ações e investimentos necessários ao alcance das metas fixadas no Anexo IV deste Contrato e dos padrões de serviços previstos no REGULAMENTO DOS SERVIÇOS;

CLÁUSULA TERCEIRA: Integram o CONTRATO, para todos os efeitos jurídico-legais, os seguintes Anexos:

I - Anexo I – Plano de Saneamento Básico;

II – Anexo II - REGULAMENTO DOS SERVIÇOS para Prestação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico, Decreto 553 de 16/01/76;

III - Anexo III – Sistema de cobrança das tarifas, composição, estrutura tarifária e sistemática de reajustes e revisões tarifárias;

IV - Anexo IV – Metas progressivas e graduais de expansão, melhoria da qualidade, eficiência, racionalização dos recursos hídricos, energéticos e naturais compatíveis com os prazos para a prestação dos Serviços.

DOS OBJETIVOS E METAS DESTE CONTRATO

CLÁUSULA QUARTA: A CEDAE deverá, cumprir as metas progressivas e graduais de ampliação, qualidade, eficiência e racionalização dos sistemas de abastecimento de água, constantes do Anexo IV, que estabelece, dentro dos limites territoriais do MUNICÍPIO, durante o prazo da vigência do CONTRATO, observados os termos do Plano de Saneamento Básico e o equilíbrio econômico-financeiro do presente CONTRATO.

§1º - O PLANO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS conterá os investimentos e os projetos que serão priorizados e deverá ser elaborado pela CEDAE, em consonância com o Plano de Saneamento Básico e o equilíbrio econômico-financeiro do presente CONTRATO.

§2º - A partir do segundo ano de vigência deste Contrato, a CEDAE deverá elaborar relatórios anuais de desempenho, os quais serão publicados juntamente com o balanço patrimonial, de forma clara e destacada, em jornal de circulação na ÁREA AFETA À EXPLORAÇÃO, como também em rede virtual de grande alcance, de modo a divulgar as metas e resultados alcançados no ano imediatamente anterior.

§3 - A CEDAE, nos projetos de implantação, ampliação e/ou recuperação de sistemas, deverá zelar pela boa condição de saúde da população.

§4º - Na hipótese da CEDAE ficar impedida de prestar parcialmente os SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO, nos casos de intervenção ou extinção parcial do CONTRATO, o MUNICÍPIO, promoverá, a redução proporcional dos objetivos e metas da EXPLORAÇÃO, limitada à parte do serviço que for a CEDAE impedida de prestar, sem prejuízo do cumprimento das demais disposições deste CONTRATO aplicáveis à espécie.

DO PRAZO

CLÁUSULA QUINTA: O prazo de vigência deste contrato é de **40 (quarenta) anos**, contados da data de sua assinatura, renovado por mais **40 (quarenta) anos** automaticamente, admitindo-se sucessivas prorrogações, por iguais períodos, a critério das partes ora CONTRATANTES.

DOS BENS QUE INTEGRAM O SISTEMA OBJETO DE EXPLORAÇÃO NA FORMA DESTES CONTRATO

CLÁUSULA SEXTA: O SISTEMA objeto de exploração na forma deste CONTRATO será integrado pelos bens que lhe estão afetos, considerados como necessários e vinculados à adequada execução dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO.

§1º - Integrarão também o SISTEMA, todos os bens que venham a ser adquiridos ou construídos pela CEDAE ao longo do período de vigência do CONTRATO, necessários e vinculados à execução adequada dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO nas ÁREAS AFETAS À EXPLORAÇÃO.

§2º - Os BENS AFETOS À EXPLORAÇÃO deverão estar devidamente registrados na contabilidade da CEDAE, em dimensão necessária e suficiente para que possa ser realizado o cálculo de eventual indenização relativa aos investimentos não amortizados pelas receitas emergentes da concessão.

§3º - Os Bens Patrimoniais, de propriedade da CEDAE, vinculados à realização dos serviços, objeto deste CONTRATO, considerados Bens Públicos de uso

especial, nos termos do inciso II, artigo 66, do Código Civil, são considerados inalienáveis, vedada sua reversão ao MUNICÍPIO após o final deste Contrato.

§ 4º - O MUNICÍPIO concede desoneração de impostos, tributos e taxas municipais que incidam sobre os serviços prestados, inclusive SERVIÇOS E BENS AFETOS necessários àquela prestação, e ainda, sobre áreas e instalações operacionais e administrativas existentes à data da celebração deste CONTRATO ou que venham a ser adquiridas posteriormente, bem como isenta do pagamento de royalties e de preços públicos relacionados ao uso de vias públicas, espaço aéreo, subsolo e ao uso de quaisquer outros bens municipais necessários à execução dos serviços.

RESOLUÇÃO DOS PASSIVOS

CLÁUSULA SÉTIMA: Para resolução do passivo existente do MUNICÍPIO com a CEDAE e da CEDAE com o MUNICÍPIO, apurado até a data da assinatura deste CONTRATO, descritos no anexo intitulado APURAÇÃO DOS PASSIVOS, fica desde já estabelecido que o MUNICÍPIO executará, arcando com respectivo custeio, os serviços de recomposição da pavimentação das ruas danificadas em virtude das obras de construção ou manutenção de redes públicas ou ramais domiciliares, ficando a cargo da CEDAE o preparo do sub-leito.

§ 1º - Na hipótese de obras de construção de redes públicas a serem executadas por terceiros, contratados pela CEDAE, competirá a ela, CEDAE, arcar com os ônus dos serviços de recomposição da pavimentação em epígrafe, bem como, em qualquer caso, fica por sua conta a sinalização para veículos e pedestres dos logradouros públicos respectivos.

§ 2º - Chegando-se ao final deste Contrato, os créditos remanescentes serão acrescentados às apurações das indenizações que couberem aos Contratantes.

DA EXPLORAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA

CLÁUSULA OITAVA: Os BENS AFETOS À EXPLORAÇÃO integrantes do SISTEMA deverão ser reformados, substituídos, conservados, operados e mantidos em suas condições normais de uso, de tal maneira que, mesmo após a extinção do

Contrato, encontrem-se em seu estado normal de utilização, excetuado o desgaste normal proveniente de seu funcionamento.

DO SERVIÇO PÚBLICO ADEQUADO

CLÁUSULA NONA: A CEDAE, durante todo o prazo da vigência deste CONTRATO, deverá prestar os SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO de acordo com o disposto neste CONTRATO, visando o pleno e satisfatório atendimento dos USUÁRIOS.

§1º. Para os efeitos do que estabelece esta cláusula e sem prejuízo do disposto no REGULAMENTO DOS SERVIÇOS, serviço adequado é o que, gradualmente, atingirá, condições efetivas de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestação e modicidade das TARIFAS cobradas dos seus USUÁRIOS.

§2º. Ainda para os fins previstos no parágrafo anterior, considera-se:

- a) **regularidade:** a prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO nas condições estabelecidas neste CONTRATO, no REGULAMENTO DOS SERVIÇOS e em outras normas técnicas em vigor;
- b) **continuidade:** a manutenção, em caráter permanente e ininterrupto, da prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO e de sua oferta à população das ÁREAS AFETAS À EXPLORAÇÃO, nas condições estabelecidas neste CONTRATO e no REGULAMENTO DOS SERVIÇOS, ressalvada a adoção de regime de racionamento decorrente de escassez dos recursos hídricos ou de sua inadequada qualidade;
- c) **eficiência:** a execução dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO de acordo com as normas técnicas aplicáveis e em padrões satisfatórios estabelecidos no REGULAMENTO DOS SERVIÇOS e na legislação sanitária, que assegurem, qualitativa e quantitativamente, o cumprimento dos objetivos e das metas da EXPLORAÇÃO, pelo menor custo possível;
- d) **segurança:** a execução dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO de acordo com as normas técnicas aplicáveis e em padrões satisfatórios estabelecidos no REGULAMENTO DOS SERVIÇOS que assegurem a segurança dos USUÁRIOS, da comunidade e do meio ambiente;

- e) **atualidade**: modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações, sua conservação e manutenção, bem como a melhoria e expansão dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO na medida da necessidade dos USUÁRIOS das ÁREAS AFETAS À EXPLORAÇÃO, visando cumprir plenamente com os objetivos e metas deste CONTRATO;
- f) **generalidade**: procura pela universalidade da prestação dos serviços, ou seja, assegurado o direito de acesso aos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO a todos os tipos e categorias de USUÁRIOS estabelecidos nas ÁREAS AFETAS À EXPLORAÇÃO, observadas as metas previstas no Anexo IV;
- g) **cortesia na prestação dos serviços**: tratamento aos USUÁRIOS com civilidade e urbanidade, assegurando o amplo acesso para a apresentação de reclamações;
- h) **modicidade**: a justa correlação entre os encargos decorrentes da EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS, a remuneração da CEDAE, e a contraprestação pecuniária paga pelos USUÁRIOS.

§3º- Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção pela CEDAE em situação de emergência que atinja a segurança de pessoas e bens ou por razões de ordem técnica, nas seguintes hipóteses:

I - Necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhoria de qualquer natureza no SISTEMA;

II - Negativa do USUÁRIO em permitir a instalação do dispositivo de medição de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;

III - Manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação da CEDAE, por parte do USUÁRIO;

IV - Eventos de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fato da Administração, plenamente justificados;

V - Declaração de regime de escassez, suspensão, restrição de uso ou racionamento de recursos hídricos, decorrentes de insuficiência de quantidade ou de qualidade dos mesmos, pela autoridade gestora dos recursos hídricos;

VI - Inadimplemento do USUÁRIO quanto ao pagamento da TARIFA, mesmo após ter sido formalmente notificado para efetua-lo, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias, na forma da lei e deste CONTRATO.

§4º - A interrupção motivada por razões de ordem técnica deverá ser previamente comunicada ao USUÁRIO, salvo nos casos de iminente ameaça ou comprometimento da segurança de instalações ou pessoas, a juízo da CEDAE ;

§5º - Cabe à CEDAE em qualquer uma das hipóteses acima, adotar as providências cabíveis, no sentido de reduzir a descontinuidade do serviço ao prazo estritamente necessário.

§6º - A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas, deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas.

§7º - A CEDAE passará a prestar os SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO assim que as instalações do USUÁRIO estiverem em conformidade com as normas estabelecidas pelas autoridades competentes, desde que a CEDAE já disponha de infra-estrutura local adequada.

§8º - A CEDAE poderá recusar a execução dos serviços ou interrompê-los sempre que considerar a instalação, ou parte dela, insegura, inadequada ou não apropriada para receber os SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO, ou que interfira com sua continuidade ou qualidade.

§9º - O USUÁRIO deverá manter as instalações de sua unidade nas condições de utilização estabelecidas pelas autoridades competentes.

§10º - A CEDAE não poderá condicionar a ligação ou religação da unidade do USUÁRIO ao pagamento de valores não previstos neste CONTRATO ou no REGULAMENTO DOS SERVIÇOS, bem como de débitos não imputáveis ao USUÁRIO; ou, ainda, interromper, por decisão própria, a prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO, ressalvadas as hipóteses previstas neste CONTRATO.

DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA: Os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO constam do REGULAMENTO DOS SERVIÇOS, das demais normas aplicáveis, inclusive sanitárias, além das demais condições estabelecidas neste CONTRATO.

DO SISTEMA TARIFÁRIO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A TARIFA que irá remunerar a CEDAE e a política tarifária que se aplicará à EXPLORAÇÃO é aquela constante na Estrutura Tarifária e Sistema de Cobrança da CEDAE, uniforme em todo o Estado do Rio de Janeiro.

§1º- O Sistema de Cobrança de Tarifas da CEDAE constante do Anexo III, será alterada quando da realização de REVISÃO ordinária ou extraordinária das tarifas.

§2º- A instituição das tarifas deverá observar as seguintes diretrizes:

I - prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;

II - ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;

III - geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos dos serviços;

IV - inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;

V - recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;

- VI - remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;
- VII - estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;
- VIII - incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

DA REVISÃO DA TARIFA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Os valores das TARIFAS serão revistos pela CEDAE, periódica e extraordinariamente de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§1º- A TARIFA calculada para cada REVISÃO poderá ser aplicada uniformemente em todo território do Estado do Rio de Janeiro e será baseada nos custos de todo o Estado.

§2º- Sempre que se efetivar a REVISÃO, considerar-se-á restabelecido o equilíbrio econômico-financeiro da EXPLORAÇÃO, nos moldes definidos neste CONTRATO.

DAS FONTES DE RECEITA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A CEDAE terá direito a receber, pelos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO prestados, a TARIFA mencionada neste CONTRATO e seus Anexos.

§1º- A CEDAE terá igualmente direito de auferir a receita decorrente da prestação dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES aos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO estabelecidos no presente CONTRATO.

§2º- Os valores das RECEITAS COMPLEMENTARES decorrentes da prestação dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES executados pela CEDAE e serão reajustados de acordo com o que dispuser sua Estrutura Tarifária.

§3º- Os valores dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES não definidos no presente CONTRATO a serem auferidos pela CEDAE, poderão ser definidos e comparados a serviços considerados correlatos.

§4º- As RECEITAS ADICIONAIS, que são as decorrentes de qualquer outra fonte de receita não prevista no presente CONTRATO e desde que, decorrentes de SERVIÇOS ADICIONAIS não relacionados a atividade exercida pela CEDAE nas ÁREAS AFETAS À EXPLORAÇÃO, com a utilização dos BENS AFETOS À EXPLORAÇÃO, poderão ser auferidas diretamente pela CEDAE, desde que, não acarretem prejuízo a normal prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO.

§5º- A CEDAE deverá manter escrituração contábil que permita ao MUNICÍPIO a efetiva e permanente análise dos resultados da exploração do SERVIÇO ADICIONAL.

DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS ADICIONAIS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A autorização para a exploração de SERVIÇOS ADICIONAIS poderá ser conferida pelo MUNICÍPIO à CEDAE, por prazo determinado, permitindo-se renovações, ou por prazo indeterminado.

§1º- Os prazos dos eventuais contratos celebrados pela CEDAE, que envolvam a exploração comercial dos BENS AFETOS ou vinculados à EXPLORAÇÃO, nos termos desta Cláusula, não poderão ultrapassar o prazo da autorização ou do CONTRATO ou de sua eventual prorrogação.

§2º A ocupação dos BENS AFETOS À EXPLORAÇÃO pela CEDAE ou terceiros estará subordinada ao fiel cumprimento das cláusulas previstas neste CONTRATO.

§3º- Não serão admitidas atividades que deterioreem os BENS AFETOS À EXPLORAÇÃO por agentes poluidores de qualquer natureza.

§4º- As atividades permitidas estarão sujeitas, naquilo que lhes for pertinente, a legislação aplicável e ao cumprimento das normas e posturas municipais vigentes.

§5º - As eventuais benfeitorias feitas pela CEDAE nos BENS AFETOS À EXPLORAÇÃO, com a finalidade de obter as RECEITAS ADICIONAIS previstas nesta cláusula, serão revertidas para a prestação de serviços ora contratados.

DO SISTEMA DE COBRANÇA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: As TARIFAS e RECEITAS COMPLEMENTARES serão cobradas aos USUÁRIOS que se encontrem dentro das ÁREAS AFETAS À EXPLORAÇÃO.

§1º - A CEDAE efetuará as medições dos consumos de água ou, para os casos de não-hidrometração, estimará os consumos e emitirá, com base em medições ou estimativas, a cobrança dos valores devidos aos respectivos USUÁRIOS, nos termos dos parâmetros estabelecidos no REGULAMENTO DOS SERVIÇOS.

§2º - Serão também lançados nas contas de consumo dos USUÁRIOS, quando for o caso, os valores correspondentes às multas e SERVIÇOS COMPLEMENTARES executados.

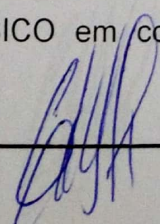
§3º - A CEDAE poderá contratar outra(s) empresa(s), instituição financeira ou não, para funcionar(em) como agente(s) arrecadador(es) das quantias mencionadas nesta Cláusula, bem como para exercer as funções previstas no §1º.

§4º - A CEDAE, na forma da legislação aplicável, poderá incluir na conta dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO e SERVIÇOS COMPLEMENTARES valores relacionados a outros serviços públicos prestados por terceiros aos seus USUÁRIOS, desde que com anuência do USUÁRIO.

DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: São direitos e deveres dos USUÁRIOS, sem prejuízo do disposto na legislação aplicável:

I - receber o SERVIÇO PÚBLICO DE SANEAMENTO BÁSICO em condições adequadas e, em contrapartida, pagar a respectiva TARIFA;



II - receber do MUNICÍPIO e da CEDAE, todas as informações necessárias para a defesa dos interesses individuais ou coletivos;

III - levar ao conhecimento do MUNICÍPIO ou da CEDAE as irregularidades das quais venham a ter conhecimento, referentes à prestação dos serviços objeto deste CONTRATO;

IV - contribuir para a permanência das boas condições dos SISTEMAS e dos bens públicos, por intermédio dos quais são prestados os SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO e os SERVIÇOS complementares;

V - receber da CEDAE as informações necessárias a utilização dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO;

VI - pagar com pontualidade os valores decorrentes da prestação dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES, bem como pagar as penalidades legais em caso de inadimplemento;

VII - pagar pontualmente a TARIFA cobrada pela CEDAE pela prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO, bem como pagar as penalidades legais em caso de inadimplemento;

VIII - responder, na forma da lei, perante a CEDAE pelos danos materiais ou pessoais causados em decorrência da má utilização de suas instalações;

IX - consultar a CEDAE anteriormente a instalação de tubulações internas, quanto ao local do ponto de entrega da água potável;

X - solicitar a CEDAE qualquer alteração que pretenda fazer no ponto de entrega da água potável;

XI - autorizar a entrada de prepostos da CEDAE devidamente credenciados, nos imóveis que estejam ocupando para que possam ser executados os SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO ou os SERVIÇOS COMPLEMENTARES, podendo, inclusive, instalar os equipamentos necessários à sua regular prestação;

XII - manter as instalações internas, tais como caixa de água, tubulações e conexões, dentre outras, sempre limpas e em condições de conservação e higiene adequadas;

XIII - averiguar qualquer vazamento de água existentes nas instalações internas, reparando-as imediatamente.

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: O presente CONTRATO será EXTINTO, exclusivamente, nas seguintes hipóteses:

I - Advento do termo final do prazo do CONTRATO com a denúncia expressa e formal manifestada pelos CONTRATANTES, caso isso não ocorra o presente CONTRATO permanecerá vigente;

II - Rescisão motivada, em caso de comprovado inadimplemento das obrigações previstas neste CONTRATO.

III - Falência, extinção ou impossibilidade de prestação dos serviços pela CEDAE.

§1º - Extinta a concessão, operar-se-á, de pleno direito, a reversão ao PODER CONCEDENTE, dos ativos de distribuição, observado o enunciado no § 3º da cláusula sexta, para isto, proceder-se-á, pela CEDAE, os levantamentos e as avaliações, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema de saneamento básico para a determinação do montante da indenização monetariamente atualizada e corrigida, devida à CEDAE. O PODER CONCEDENTE deverá adimplir o montante apurado antes da assunção dos serviços, ficando prorrogada a concessão até a efetiva quitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: O advento final do prazo contratual, operar-se-á de pleno direito, com a consequente manifestação das partes ora CONTRATANTES, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sobre a intenção de renovação das obrigações aqui pactuadas, mediante instrumento próprio. Caso isso não ocorra, fica o mesmo prorrogado automaticamente até a denúncia expressa e formal apresentada por algum dos CONTRATANTES.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Na hipótese de falência, extinção ou impossibilidade de prestação dos serviços pela CEDAE, o MUNICÍPIO envidará os maiores esforços no sentido de que parte ou a totalidade dos empregados da CEDAE que participem diretamente da operação de EXPLORAÇÃO passem para o sucessor, sem qualquer ônus futuro para a CEDAE, nos termos a serem definidos em regulamento próprio.

DA PROTEÇÃO AMBIENTAL E DOS RECURSOS HÍDRICOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA: O MUNICÍPIO poderá solicitar que a CEDAE, no curso do período da vigência deste CONTRATO, adote programas e implemente medidas preventivas e/ou corretivas do meio ambiente e dos recursos hídricos, inclusive graduais e por intermédio de novas obras e serviços não previstos originariamente, observado o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

PARÁGRAFO ÚNICO - A CEDAE deverá respeitar todas as medidas adotadas pelas autoridades com poderes de fiscalização de meio ambiente e dos recursos hídricos, no âmbito das respectivas competências, observando sempre o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: A CEDAE é responsável pela obtenção das licenças ambientais e outorgas de uso dos recursos hídricos necessárias à execução das obras destinadas ao cumprimento das metas e objetivos deste CONTRATO, observando o seguinte:

§1º - A CEDAE desde que cumpridas as normas ambientais e de recursos hídricos pertinentes, poderá opor ao MUNICÍPIO, por conta da não obtenção tempestiva das licenças ambientais e das outorgas de uso dos recursos hídricos de que trata esta cláusula, exceções ou meios de defesa como causa justificadora do descumprimento das metas e objetivos previstos neste CONTRATO;

§2º - O MUNICÍPIO deverá, no caso supra, deferir prorrogação de prazos para a realização de metas e objetivos previstos neste CONTRATO quando, embora a

CEDAE comprove o cumprimento de todos os requisitos para obtenção da licença ou outorga, não a tenha conseguido por razões alheias a sua vontade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: A CEDAE deverá adaptar o seu cronograma de investimentos, nas ÁREAS AFETAS À EXPLORAÇÃO, nos termos de deliberação da autoridade ambiental ou de recursos hídricos, que venha oportunamente a tratar das metas e parâmetros previstos neste CONTRATO e atinja dítos investimentos, assegurado o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: Na hipótese do MUNICÍPIO ser obrigado a ressarcir a CEDAE, por força da aplicação das disposições pertinentes a proteção ambiental e dos recursos hídricos, o pagamento se fará mediante compensação acordada entre os CONTRATANTES.

DOS CONTRATOS DA CEDAE COM TERCEIROS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: Sem prejuízo das responsabilidades e dos riscos previstos neste CONTRATO, a CEDAE poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao SERVIÇO PÚBLICO DE SANEAMENTO BÁSICO, objeto deste CONTRATO, bem como, a implantação de projetos associados, desde que não ultrapassem o prazo de vigência do CONTRATO.

§1º - Os contratos de que trata esta cláusula serão regidos pelo Direito Privado, não se estabelecendo nenhuma relação jurídica de terceiros com o MUNICÍPIO.

§2º - A execução das atividades contratadas com terceiros, impõe o cumprimento das normas regulamentares inerentes à prestação dos serviços objeto deste CONTRATO.

§3º - Incluem-se nos contratos com terceiros as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, em conformidade com o previsto nas Leis Federais 8.987/1995, 11.079/2004, 11.107/2005 e 11.445/2007.

DAS OBRAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: Para execução das obras, a CEDAE deverá obter todas as licenças que se fizerem necessárias, bem assim, utilizar materiais cuja qualidade seja compatível com as normas editadas pelos órgãos técnicos especializados e, ainda, cumprir todas as especificações e normas técnicas brasileiras que assegurem integral solidez e segurança à obra, tanto na sua fase de construção, quanto nas fases de operação e manutenção.

§1º - A CEDAE ficará responsável pelo desenvolvimento e execução dos projetos básicos e executivos pertinentes à execução das obras.

§2º - A CEDAE deverá disponibilizar toda a documentação relacionada as obras, inclusive os projetos básico e executivo, na medida em que forem sendo produzidos.

DAS EXPROPRIAÇÕES E SERVIÇOS ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: Cabe a CEDAE como entidade delegada do MUNICÍPIO, promover desapropriações, instituir serviços administrativas, propor limitações administrativas e ocupar provisoriamente bens imóveis necessários à execução e conservação de obras e serviços vinculados à EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS objeto deste CONTRATO.

§1º - Os ônus decorrentes das desapropriações ou imposição de serviços administrativas, seja por acordo, seja pela propositura de ações judiciais, sempre correrão à conta da CEDAE.

§2º - O disposto no parágrafo anterior, aplica-se também, a autorização para ocupação provisória de bens imóveis, bem assim, para o estabelecimento de limitações administrativas de caráter geral, para o uso de bens imóveis necessários à prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO, objeto deste CONTRATO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA: Compete a CEDAE indicar de forma justificada, com 60 (sessenta) dias de antecedência, ao MUNICÍPIO, as áreas que deverão ser declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação ou instituídas como declarações administrativas, dos bens imóveis necessários à execução e conservação dos serviços e obras vinculadas à EXPLORAÇÃO, para que sejam promovidas as respectivas declarações de utilidade pública.

DA REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

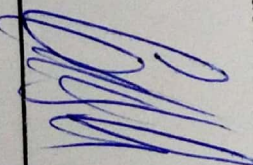
CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - O exercício das funções de regulação e de fiscalização da prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO no MUNICÍPIO será objeto de atuação da SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS, com a colaboração do MUNICÍPIO, que observará o conjunto de medidas legais contratuais e regulamentares constituídas no presente CONTRATO DE PROGRAMA firmado entre o MUNICÍPIO e a CEDAE, em especial com a Lei Municipal e as Leis Federais nº 8.987/1995, 11.107/2005 e 11.445/2007, visando sua adequada e eficiente prestação.

DA PUBLICAÇÃO E REGISTRO DO CONTRATO

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA: Após a assinatura deste CONTRATO, os CONTRATANTES providenciarão sua publicação, mediante extrato, nos respectivos Diários Oficiais, dentro do prazo estabelecido em lei.

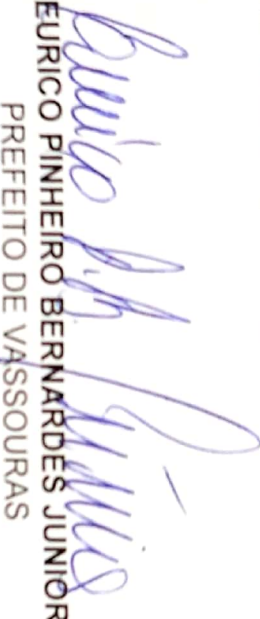
FORO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA: Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Capital do Estado do Rio de Janeiro, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para nele serem resolvidas todas as questões judiciais, decorrentes deste CONTRATO que não puderem ser resolvidas de comum acordo pelos Contratantes.



Assim, havendo sido ajustado, fizeram as partes lavrar o presente instrumento, em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma, que serão assinadas pelos representantes do MUNICÍPIO e da CEDAE, juntamente com duas testemunhas, para que produza seus regulares efeitos, obrigando-se entre si e sucessores.

Rio de Janeiro, de de 2008.

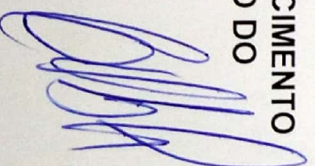

EURICO PINHEIRO BERNARDES JUNIOR
PREFEITO DE VASSOURAS

WAGNER GRANJA VICTER
DIRETOR-PRESIDENTE DA CEDAE

HELENO SILVA DE SOUZA
DIRETOR DE DISTRIBUIÇÃO E
COMERCIALIZAÇÃO DO INTERIOR
DA CEDAE

Testemunhas:

REGULAMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO
DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO (DEC. 553/76)



REGULAMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO
DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO (DEC. 553/76)

SUMÁRIO

Decreto nº 553, de 16 de janeiro de 1976

Título I — Do Objetivo

Título II — Da Terminologia

Título III — Das Disposições Preliminares

Título IV — Do Abastecimento de Água

Capítulo I — Dos Loteamentos

Capítulo II — Dos Grupamentos de Edificações

Capítulo III — Dos Prédios

Seção I — Do Ramal Predial

Seção II — Da Instalação Predial

Subseção I — Dos Reservatórios

Subseção II — Das Piscinas

Subseção III — Dos Projetos

Capítulo IV — Dos Hidrômetros e dos Limitadores de Consumo

Capítulo V — Das Ligações de Água

Seção I — Das Ligações Provisórias

Subseção I — Das Ligações para Construção

Subseção II — Das Ligações para Uso

Seção II — Das Ligações Definitivas

Temporário

Título V — Da Interrupção do Fornecimento de Água

Título VI — Do Esgotamento Sanitário

Capítulo I — Dos Loteamentos e Grupamentos de Edificações

Capítulo II — Das Instalações Prediais

Capítulo III — Das Instalações Provisórias

Capítulo IV — Dos Despejos Industriais

Capítulo V — Da Execução



- Capítulo VI — Dos Coletores e Ligações
Capítulo VII — Do Esgotamento dos Prédios em Zonas
Desprovidas de Rede Pública de Esgotos
Sanitários

Título VII — Da Incidência e Cobrança da Tarifa

- Capítulo I — Da Classificação do Consumo e Caracterização
de Economias
Capítulo II — Das Tarifas
Capítulo III — Da Arrecadação e do Pagamento
Capítulo IV — Das Isenções
Capítulo V — Do Consumo Medido
Capítulo VI — Do Consumo Estimado
Capítulo VII — Do Cancelamento da Matrícula

- Título VIII — Dos Instaladores
Título IX — Das Infrações
Título X — Das Disposições Gerais

[Handwritten signature]

DECRETO Nº 553, DE 16 DE JANEIRO DE 1976

Aprova o Regulamento dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado do Rio de Janeiro, a cargo da **CEDAE**.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 70, inciso III, da Constituição Estadual e tendo em vista o disposto no Decreto-lei nº 39, de 24 de março de 1975, e no Decreto nº 168, de 18 de junho de 1975.

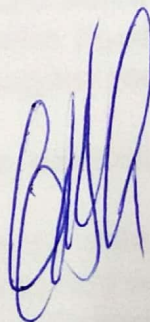
DECRETA:

Art. 1º — Fica aprovado o Regulamento dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado do Rio de Janeiro, a cargo da Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE, anexo ao presente Decreto.

Art. 2º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1976.

FLORIANO FARIA LIMA
Hugo de Mattos Santos
Laudo de Almeida Camargo
Ronaldo Costa Couto
Osvaldo Ignacio Domingues



ANEXO AO DECRETO Nº 553, DE 16 DE JANEIRO DE 1976

Regulamento dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado do Rio de Janeiro

Título I

DO OBJETIVO

Art. 1º — O presente Regulamento dispõe sobre os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Estado do Rio de Janeiro, administrados pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE, com vistas a orientação de usuários.

Título II

DA TERMINOLOGIA

Art. 2º — Adota-se neste Regulamento o conjunto de termos técnicos seguintes:

I — **Abastecimento Centralizado** — Abastecimento de edificações mediante reservatório comum;

II — **Abastecimento Descentralizado** — Abastecimento de edificações mediante reservatórios individuais;

III — **Abastecimento Predial** — Abastecimento de prédios ou de parte de prédio dotado de instalação autônoma;

IV — **Alimentador Predial** — Canalização compreendida entre hidrômetro ou o limitador de consumo e a válvula de flutuador do reservatório predial;

V — **Aparelho de Descarga** — Dispositivo que se destina à lavagem provocada ou automática de aparelhos sanitários;

VI — **Aparelho Sanitário** — Aparelho ligado à instalação predial e destinado ao uso de água para fins higiênicos ou a receber dejetos e águas servidas;

VII — **Caixa de Inspeção** — Caso particular de poço de visita;

VIII — **Caixa Coletora** — Caixa onde se reúnem os refluos líquidos que exigem elevação mecânica para serem esgotados;

IX — **Caixa de Gordura** — Vide Caixa Retentora;

X — **Caixa ou Coluna Piezométrica** — Dispositivo destinado a assegurar uma pressão mínima de serviço no distribuidor;

XI — **Caixa Retentora** — Dispositivo projetado e instalado para separar e reter substâncias indesejáveis às redes de escoamento;

XII — Caixa Sifonada — Caixa dotada de fecho hídrico destinada a receber efluentes de aparelhos sanitários, excluídos os vasos sanitários;

XIII — Caixa de Areia — Vide Caixa Retentora;

XIV — Caixa Separadora de Óleo — Vide Retentora;

XV — Coletor Predial — Trecho de canalização compreendido entre a última inserção de subcoletor, ramal de esgoto ou de descarga e o coletor público;

XVI — Coletor Público — Canalização pertencente ao sistema público de esgotos sanitários;

XVII — Coluna de Distribuição — Canalização vertical destinada a alimentar os ramais da instalação predial;

XVIII — Desconector — Dispositivo provido de fecho hídrico destinado a vedar a passagem de gases;

XIX — Despejo Industrial — Refugo líquido decorrente do uso de água para fins industriais e serviços diversos;

XX — Distribuidor — Canalização destinada a alimentar os ramais prediais;

XXI — Economia — Unidade predial caracterizada, segundo critérios estabelecidos neste Regulamento, para efeito de cobrança de tarifa;

XXII — Elevatória — Conjunto de canalizações, equipamentos e dispositivos destinados à elevação de água ou esgoto;

XXIII — Esgoto — Refugo líquido que deve ser conduzido a um destino final;

XXIV — Esgoto Sanitário — Refugo líquido proveniente do uso de água para fins higiênicos;

XXV — Extravasor — Canalização destinada a escoar eventuais excessos de água ou de esgoto;

XXVI — Fecho Hídrico — Camada líquida que, em um desconector, veda a passagem de gases;

XXVII — Fossa Séptica — Unidade de sedimentação e digestão, de fluxo horizontal e funcionamento contínuo, destinada ao tratamento primário dos esgotos sanitários;

XXVIII — Grupamento de Edificação — Conjunto de duas ou mais edificações em um lote;

XXIX — Hidrante — Peça para tomada d'água, instalada na rede distribuidora e destinada a ligação de mangueiras para combate a incêndio;

XXX — Hidrômetro — Aparelho destinado a medir o consumo de água;

XXXI — Instalação Predial — Conjunto de canalizações, reservatórios, equipamentos, peças de utilização, aparelhos e dispositivos empregados para a distribuição de água ou coleta de esgoto no prédio;

XXXII — Instalação Primária de Esgoto — Conjunto de canalizações e dispositivos onde tem acesso gases provenientes do coletor público ou dos dispositivos de tratamento;

XXXIII — Instalador — Empresa, entidade ou profissional legalmente habilitado ao desempenho das atividades

específicas de projetar, executar e conservar instalações de água ou de esgoto sanitário;

XXXIV — Limitador de Consumo — Dispositivo instalado no ramal predial, para limitar o consumo de água;

XXXV — Peça de Utilização — Dispositivo ligado a um sub-ramal, para permitir o uso de água;

XXXVI — Poço de Visita — Dispositivo destinado a permitir a instalação, limpeza e desobstrução das canalizações de esgoto;

XXXVII — Ramal de Água — Canalização derivada da coluna de distribuição e destinada a alimentar os sub-ramais;

XXXVIII — Ramal de Descarga — Canalização que recebe, diretamente, efluentes de aparelhos sanitários;

XXXIX — Ramal Predial — Canalização compreendida entre o registro de derivação e o hidrômetro ou o limitador de consumo;

XL — Rede Distribuidora — Conjunto de canalizações do serviço público de abastecimento de água;

XLI — Rede de Esgotos Sanitários — Conjunto de canalizações do serviço público de esgotos sanitários;

XLII — Registro de Derivação — Peça aplicada no distribuidor, para tomada de água;

XLIII — Registro de Passagem — Peça destinada à interrupção do fluxo de água em canalizações da instalação predial;

XLIV — Reservatório — Elemento componente do sistema de abastecimento e destinado à acumulação de água;

XLV — Sistema de Abastecimento — Conjunto de canalizações, reservatórios e elevatórias destinado ao abastecimento de água;

XLVI — Sistema Separador Absoluto — Sistema de esgotamento constituído por duas redes distintas, sendo uma destinada aos esgotos sanitários e outra recebendo águas pluviais, certas águas de superfície e, eventualmente, águas do subsolo;

XLVII — Sistema Unitário — Sistema de esgotamento constituído por uma rede única, destinada a coletar os esgotos sanitários, as águas pluviais dos logradouros, dos telhados e pátios, as águas de lavagem de ruas e, em certos casos, as águas de drenagem do subsolo.

XLVIII — Sub-Ramal de Água — Canalização que liga o ramal a peça de utilização;

XLIX — Tarifa Unitária — Preço correspondente a 1m³ (um metro cúbico) de água fornecida pela CEDAE, acrescido, quando for o caso, de percentual relativo a esgotamento sanitário;

L — Usuário — Toda pessoa física ou jurídica responsável pela utilização dos serviços de água e esgoto;

LI — Válvula de Flutuador — Dispositivo destinado a interromper a entrada de água nos reservatórios ou caixas, quando preenchida sua capacidade útil.

Titulo III

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 3º — Compete, privativamente, à Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE, operar, manter e executar reparos e modificações nas canalizações e instalações dos serviços públicos de água e esgoto sanitário, bem como fazer obras e serviços necessários à sua ampliação e melhoria, na área de sua jurisdição.

Art. 4º — Nenhum serviço ou obra de instalação de água ou de esgoto sanitário poderão ser iniciados sem que tenham sido autorizados pela CEDAE.

Art. 5º — As obras e serviços de instalações de que trata este Regulamento só poderão ser executadas por instaladores registrados na CEDAE.

Art. 6º — As ligações de qualquer canalização à rede pública de água ou esgoto sanitário serão executadas privativamente pela CEDAE e custeadas pelo interessado.

Art. 7º — Os prédios, situados em logradouros dotados de abastecimento de água ou rede de esgoto sanitário, deverão ter suas instalações ligadas aos respectivos sistemas.

§ 1º — A critério da CEDAE, quando a preservação da salubridade pública assim o exigir, poderá ser feita a ligação das instalações de esgoto, independentemente da identificação do proprietário e das demais providências que deverão ser tomadas posteriormente.

§ 2º — O abastecimento de prédio por meio de poço ou manancial próprio, em local dotado de rede pública de abastecimento de água, somente será permitido mediante autorização da CEDAE.

Art. 8º — Os prédios, situados em logradouros dotados de sistema unitário ou desprovidos de qualquer sistema de esgoto sanitário, deverão ter suas instalações de esgoto ligadas a um dispositivo de tratamento e o efluente deverá ser encaminhado a destino conveniente, a critério da CEDAE.

Art. 9º — Os prédios com ligação de água da CEDAE e/ou situados em logradouros dotados de sistema público de esgotamento estarão sujeitos ao pagamento da respectiva tarifa.

Art. 10º — A rede de esgoto sanitário, integrante do sistema separador absoluto, não poderá receber, direta ou indiretamente, águas pluviais ou contribuições que possam vir a prejudicar o seu funcionamento.

Art. 11º — Os agentes habilitados do Corpo de Bombeiros poderão, em caso de incêndio, operar os registros e hidrantes da rede distribuidora.

§ 1º — O Corpo de Bombeiros comunicará, obrigatoriamente, à CEDAE, em 24 (vinte e quatro) horas, as operações efetuadas nos termos deste artigo.

§ 2º — A CEDAE fornecerá ao Corpo de Bombeiros informações sobre a rede distribuidora e o regime de abastecimento.

§ 3º — A CEDAE, de acordo com o Corpo de Bombeiros, dotará os logradouros públicos, que dispõem de rede distribuidora da CEDAE, dos hidrantes necessários.

Título IV

DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Capítulo 1

DOS LOTEAMENTOS

Art. 12 — A CEDAE, na área de sua atuação, deverá ser consultada em todo estudo preliminar ou anteprojeto de loteamento, sobre a possibilidade do respectivo abastecimento.

§ 1º — As áreas destinadas ao serviço público de abastecimento de água deverão figurar na planta do loteamento, com a indicação de que serão, oportunamente, cedidas a título gratuito à CEDAE, desde que seja de interesse da Companhia.

§ 2º — Quando houver interesse da CEDAE, as obras e instalações executadas para atender ao abastecimento de água poderão ser objeto de cessão a título gratuito, por meio de instrumento especial a ser firmado com a CEDAE.

§ 3º — As canalizações para abastecimento de água potável assentadas pelo loteador, nos logradouros do loteamento, passarão a integrar a rede distribuidora, desde o momento em que a esta forem ligadas.

§ 4º — A CEDAE só abastecerá até a cota altimétrica em que as condições de abastecimento da rede local permitirem. Acima desta cota, o abastecimento correrá por conta exclusiva do interessado.

Art. 13 — Quando as elevatórias e reservatórios se destinarem também a abastecer áreas não pertencentes ao loteamento, caberá ao

loteador custear apenas parte da despesa correspondente às obras e instalações necessárias ao suprimento de água do loteamento.

Art. 14º — O sistema de abastecimento de água do loteamento será construído e custeado pelo interessado, de acordo com o projeto, previamente aprovado ou elaborado pela CEDAE.

§ 1º — O projeto, compreendendo desenhos, cálculos e memória justificativa, deverá obedecer às prescrições da CEDAE e ser assinado por instalador legalmente habilitado.

§ 2º — O projeto não poderá ser alterado no decurso da execução da obra sem a prévia aprovação da CEDAE.

§ 3º — Havendo conveniência comum da CEDAE e do interessado, poderá a Companhia elaborar o projeto mediante o pagamento das despesas correspondentes.

Art. 15º — O instalador somente poderá iniciar as obras depois de obtida a autorização expressa da CEDAE.

§ 1º — A execução das obras será fiscalizada pela CEDAE.

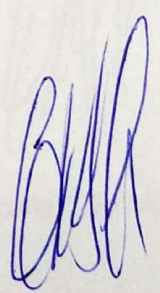
§ 2º — Concluída a obra, o interessado solicitará a sua aceitação, juntando planta cadastral do serviço executado, de acordo com as instruções expedidas pela CEDAE.

Art. 16º — A ligação da rede do loteamento à rede distribuidora da CEDAE será executada na forma do disposto no artigo 6º, depois de totalmente concluídas e aceitas as obras relativas ao projeto aprovado ou elaborado pela CEDAE e, quando for o caso, efetivadas as cessões a título gratuito.

Parágrafo Único — Os trechos do loteamento totalmente concluídos e aceitos poderão ser ligados à rede distribuidora da CEDAE.

Capítulo II

DOS GRUPAMENTOS DE EDIFICAÇÕES



Art. 17º — Aos grupamentos de edificações aplicam-se as disposições do Capítulo I — relativos a loteamentos, observado o disposto nos artigos 18 a 20.

Art. 18º — O sistema de abastecimento dos grupamentos de edificações será centralizado ou descentralizado, observadas as modalidades previstas nos artigos 19 e 20.

Parágrafo Único — O sistema de abastecimento de que trata este artigo será construído a expensas do interessado, de acordo com o projeto e as especificações previamente aprovadas ou elaboradas pela CEDAE.

Art. 19º — O abastecimento centralizado de grupamento de edificações obedecerá, a critério da CEDAE, às seguintes modalidades:

I — suprimento individual dos prédios do grupamento de edificações, cabendo aos co-proprietários a operação e manutenção do sistema de abastecimento, a partir do hidrômetro ou do limitador de consumo, instalado antes do reservatório comum;

II — suprimento em conjunto dos prédios do grupamento de edificações, cabendo aos co-proprietários a operação e manutenção do sistema de abastecimento, a partir do hidrômetro ou do limitador de consumo, instalado antes do reservatório comum.

Art. 20º — O abastecimento descentralizado de grupamento de edificações será feito mediante o fornecimento de água diretamente a cada prédio, ficando o sistema de abastecimento incorporado ao serviço público de abastecimento de água, nos termos do artigo 12, § 3º.

Capítulo III

DOS PRÉDIOS

Seção I

DO RAMAL PREDIAL

Art. 21º — O ramal predial será assentado pela CEDAE a expensas do interessado e incorporado à rede distribuidora.

Art. 22º — O abastecimento predial será feito por meio de um só ramal predial, derivado do distribuidor existente na testada do imóvel.

Parágrafo Único — Por motivo de ordem técnica, e a critério da CEDAE, poderá o abastecimento ser feito por mais de um ramal predial.

Art. 23º — O ramal predial será dimensionado de modo a assegurar suprimento adequado de água ao imóvel.

§ 1º — O ramal predial será conservado pela CEDAE, que o substituirá, quando julgar necessário.

§ 2º — A substituição do ramal predial, por outro de maior diâmetro quando solicitado, e a critério da CEDAE, será executada a expensas do interessado.

Seção II

DA INSTALAÇÃO PREDIAL

Art. 24 — A instalação predial será desconectada da rede distribuidora, podendo, a critério da CEDAE, ser intercalada no alimentador predial, caixa ou coluna piezométrica.

Art. 25º — Após o hidrômetro ou limitador de consumo, todas as instalações serão feitas à expensas do proprietário, por instalador por ele escolhido entre os registrados na CEDAE.

Parágrafo Único — A conservação das instalações prediais ficará a cargo exclusivo do usuário, podendo a CEDAE fiscalizá-la quando julgar necessário.

Art. 26º — Nos prédios constituídos de economias classificadas em mais de uma categoria de consumo, a instalação predial de cada categoria deverá ser independente, bem como alimentada por meio de ramal predial privativo.

Art. 27º — As economias com numeração própria e componentes da mesma edificação, poderão ter, a critério da CEDAE, instalações prediais independentes, alimentadas por meio de ramais prediais privativos.

Art. 28º — É vedado nas instalações prediais:

I — a interconexão da instalação, provida com água da CEDAE, com canalizações alimentadas por água de outra procedência;

II — a derivação da instalação para suprir outro imóvel ou economia;

III — o uso de dispositivos intercalados no alimentador predial que, de qualquer modo, prejudiquem o abastecimento público de água.

Subseção I

DOS RESERVATÓRIOS

Art. 29º — Toda edificação terá reservatório de água que será dimensionado de acordo com as prescrições da CEDAE, tendo em vista as condições e o regime de abastecimento local.

Art. 30º — O projeto e a execução de reservatórios deverão atender aos seguintes requisitos de ordem sanitária:

I — assegurar perfeita estanqueidade;

II — utilizar materiais que não venham a prejudicar a potabilidade da água;

III — permitir inspeção e reparos, através de aberturas dotadas de bordas salientes e tampas herméticas. As bordas, no caso de reservatórios subterrâneos, terão altura mínima de 0,15m;

IV — possuir extravasor, descarregando visivelmente em área livre, dotado de dispositivo que impeça a penetração no reservatório de elementos que possam poluir a água.

Art. 31º — É vedado a passagem de canalização de esgoto sanitário e pluvial pela cobertura ou interior de reservatórios.

§ 1º — É vedado o uso de manilha em canalizações que distarem menos de 2,00m do reservatório.

§ 2º — Não é permitida a ligação do extravasor de reservatório de água diretamente aos esgotos sanitários, mesmo que se interponha qualquer desconector na ligação.

Art. 32º — Se o reservatório subterrâneo tiver de ser construído em recintos ou áreas fechadas, nos quais existam canalizações ou dispositivos de esgotos sanitários, deverão ali ser instalados ralos e canalizações de águas pluviais, capazes de escoar qualquer refluxo eventual de esgoto sanitário.

Subseção II

DAS PISCINAS

Art. 33º — As instalações de água de piscinas deverão obedecer à regulamentação própria, observado o disposto no artigo seguinte.

Art. 34º — As piscinas poderão ser abastecidas por meio de ramal privativo, observado o disposto no artigo 24, ou por encanamento derivado da instalação predial.

Parágrafo Único — Não serão permitidas interconexões de qualquer natureza entre as instalações prediais de esgoto e as de piscina.

Subseção III

DOS PROJETOS

Art. 35º — Para obtenção da autorização de que trata o artigo 4º, deverá ser apresentado à CEDAE, pelo proprietário, construtor ou instalador:

I — projeto das instalações prediais de água, de acordo com as prescrições estabelecidas pela CEDAE, contendo as assinaturas do proprietário e do instalador, autor do projeto e responsável pela execução das obras;

II — alvará de licença da obra ou documento equivalente;

III — cópia aprovada do projeto de construção.

Art. 36º — Para as pequenas habitações, poderá a CEDAE exigir apenas esboço cotado, contendo o desenho da instalação predial e indicações que permitam localizar o imóvel.

Parágrafo Único — Para execução das obras de que trata este artigo, poderá ser dispensado o cumprimento do artigo 5º deste Regulamento.

Capítulo IV

DOS HIDRÔMETROS E DOS LIMITADORES DE CONSUMO

Art. 37º — O consumo de água será regulado por meio de hidrômetro ou de limitador de consumo (Decreto 7.297, de 25/05/84).

§ 1º — É obrigatória a instalação de hidrômetros em ligações que abasteçam economias classificadas na categoria industrial e nas novas ligações em imóveis ocupados por economias das demais categorias.

§ 2º — A instalação de hidrômetros nas ligações já existentes, classificadas nas demais categorias, será feita progressivamente, segundo planejamento técnico adequado.

§ 3º — A CEDAE poderá, em caráter excepcional, para atender a aspectos de natureza técnica e social, dispensar a instalação de hidrômetros em novas instalações.

§ 4º — O preço dos hidrômetros a serem instalados na conformidade do disposto no presente artigo e seus parágrafos, inclusive nos casos de substituição a limitadores de consumo, será de responsabilidade dos usuários.

Art. 38º — Os hidrômetros e os limitadores de consumo serão instalados pela CEDAE à expensas dos interessados e incorporados à rede distribuidora.

Parágrafo Único — A manutenção dos hidrômetros e dos limitadores de consumo será feita pela CEDAE que os substituirá quando julgar necessário.

Art 2º — A prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Estado do Rio de Janeiro, a cargo da CEDAE, passará a ser cobrada de acordo com a nova estrutura tarifária constante do Anexo a este Decreto.

Art. 3º — A CEDAE, no exercício de suas atribuições, baixará as instruções necessárias ao cumprimento deste decreto.

Art. 4º — Este decreto entrará em vigor em 1º de junho de 1984 revogado o Decreto nº 6.452, de 19 de dezembro de 1982, e demais disposições em contrário.

I — Estrutura tarifária da CEDAE (Água e Esgoto) (*)

Categoria de Usuários	Faixa	de	Consumo	(m³/mês)
Multiplicadores				
de				
			Tarifa Mínima "t"	
Residencial	0 — 15			1,0/m³
	16 — 25			1,7/m³
	26 — 35			2,7/m³
	36 — 45			4,5/m³
	46 — 55			8,3/m³

Comercial	> 55	13,4/m ³
	0 — 30	até 5,6/m ³
	> 30	até 7,9/m ³
Industrial	0 — 30	até 7,1/m ³
	> 30	até 7,9/m ³
Pública	0 — 15	1,2/m ³
	> 15	2,8/m ³

(*) Estrutura Tarifária alterada pelo Decreto nº 7.512, de 31/08/84.

II — Observações:

1 — O valor de “t” corresponde a tarifa mínima.

2 — Os reajustes tarifários continuarão a obedecer ao disposto na Legislação Federal em vigor (Lei nº 6.528, de 12 de maio de 1978 e Decreto nº 82.587, de 06 de novembro de 1978).

3 — Para efeito de cobrança o consumo mínimo mensal por economia será de:

Categoria residencial e pública 15 (quinze) m³/mês

Categoria comercial e industrial 20 (trinta) m³/mês.

(*)

4 — Para efeito de lançamento e cobrança de ligações não medidas será atribuído o consumo de 15 (quinze) m³/mês para cada quarto da unidade residencial (economia).

5 — Para efeito de lançamento e cobrança de ligações de “Prédios de habitação popular”, enquanto não dotado de hidrômetro, será atribuído o consumo de 15 (quinze) m³/mês, independentemente do número de quartos por unidade residencial (economia).

6 — Considera-se “prédio de habitação popular” para fins do disposto neste decreto:

6.1 — aquele construído mediante financiamento concedido através de um dos programas de habitação popular e destinado a mutuário de renda familiar de até 5 (cinco) salários-mínimos;

6.2 — a construção (moradia), situada em zona de favela que tenha constituído Associação de Moradores e se filie a Federação das Associações das Favelas do Estado do Rio de Janeiro — FAFERJ.

7 — A cobrança dos serviços de esgotamento sanitário será de valor igual àquele devido pelos serviços de abastecimento de água.

(*) Alterado pelo Dec. nº 7.940/84.

Art. 39º — Os hidrômetros e os limitadores de consumo, dotados de registro de passagem em cada extremidade serão instalados no interior do imóvel, até 1,50m da respectiva testada, em local adequado, a critério da CEDAE.

§ 1º — Em casos especiais, o hidrômetro ou limitador de consumo poderá ser instalado, a critério da CEDAE, a mais de 1,50m da testada do imóvel.

§ 2º — Os hidrômetros e os limitadores de consumo deverão ficar abrigados em caixas de proteção executadas pelo usuário, segundo especificação fornecida pela CEDAE.

§ 3º — O livre acesso ao hidrômetro ou ao limitador de consumo será assegurado pelo usuário ao pessoal da CEDAE, sendo vedado atravancar a caixa de proteção com qualquer obstáculo ou instalação, que dificulte a fácil remoção dos aparelhos ou a leitura do hidrômetro.

Art. 40º — O usuário poderá solicitar à CEDAE a aferição de hidrômetro instalado no seu prédio, devendo pagar as respectivas despesas se ficar comprovado o funcionamento normal do aparelho.

Parágrafo Único — Serão considerados em funcionamento normal os hidrômetros que acusarem erro de medição não superior ou inferior a 5% (cinco por cento).

Art. 41º — Os hidrômetros e os limitadores de consumo, de que tratam este Capítulo, são de propriedade da CEDAE.

Parágrafo Único — O usuário responderá pelas despesas consequentes da falta de proteção e guarda dos hidrômetros e limitadores de consumo.

Capítulo V

DAS LIGAÇÕES DE ÁGUA

Art. 42º — As ligações de água poderão ser provisórias ou definitivas. São provisórias as ligações para construção e as concedidas para uso temporário.

Seção I

DAS LIGAÇÕES PROVISÓRIAS

Subseção I

DAS LIGAÇÕES PARA CONSTRUÇÃO

Art. 43º — O ramal predial para construção será dimensionado de modo a ser aproveitado para a ligação definitiva.

Parágrafo Único — Em casos especiais, a critério da CEDAE, poderá o ramal predial ser dimensionado apenas para o fornecimento de água para a construção.

Art. 44º — Nas obras de reforma ou acréscimo de prédio já abastecido, deverá o proprietário ou construtor, antes do início da obra, consultar a CEDAE, quanto a permanência do ramal predial.

Parágrafo Único — Quando houver alteração da instalação predial, deverão ser cumpridos os artigos 35 e 36.

Art. 45º — A ligação para construção será solicitada pelo proprietário ou construtor, em impresso próprio da CEDAE, com a apresentação dos seguintes documentos:

I — cópia da planta de situação aprovada pelo órgão estadual ou municipal competente, contendo o desenho da instalação provisória e a localização do ramal predial previsto para a ligação definitiva;

II — alvará de licença da obra ou documento equivalente.

Art. 46º — Para ser feita a ligação de que trata esta Subseção, será exigida a instalação de alimentador predial e de reservatório dotado de válvula de flutuador.

Art. 47º — Para ligação de água para construção de qualquer obra, pública ou particular, será feito o orçamento, no qual constarão as despesas de instalação do ramal predial e do consumo estimado a ser utilizado na obra.

Parágrafo Único — A ligação será feita após o pagamento do valor consignado no orçamento elaborado pela CEDAE.

Subseção II

DAS LIGAÇÕES PARA USO TEMPORÁRIO

Art. 48º — As ligações para uso temporário são as destinadas ao fornecimento de água para um período de tempo, tais como obras em logradouros públicos, parques de diversões, circos e exposições.

Art. 49º — A ligação para uso temporário será solicitada pelo interessado, em impresso próprio da CEDAE, no qual será declarado o prazo desejado do fornecimento de água, bem como o consumo provável, respeitado o mínimo fixado pela CEDAE.

Parágrafo Único — Juntamente com o impresso de que trata este artigo, deverá o interessado apresentar, conforme o caso, os seguintes documentos:

- 1) licença ou permissão da autoridade competente;
- 2) projeto ou esboço cotado das instalações provisórias.

Art. 50º — Para ser feita a ligação de que trata esta Subseção, deverá o interessado:

I — preparar a instalação provisória de acordo com o projeto ou o esboço cotado, mencionado no artigo anterior;

II — pagar o valor consignado no orçamento elaborado pela CEDAE.

Seção II

DAS LIGAÇÕES DEFINITIVAS

Art. 51 — A ligação definitiva será solicitada pelo proprietário, construtor, instalador ou usuário, em impresso próprio da CEDAE, com a apresentação dos seguintes documentos:

- competente;
CEDAE;
- I — cópia da planta de situação aprovada pelo órgão
 - II — cópia do projeto da instalação predial aprovado pela
 - III — alvará de licença da obra ou documento equivalente.

§ 1º — Não serão exigidos os documentos que tenham sido apresentados por ocasião do pedido de ligação para construção.

§ 2º — Nos pedidos de ligação de água pra uso industrial deverá o interessado declarar o consumo diário previsto.

§ 3º — Em casos especiais poderá ser observado, a critério da CEDAE o disposto no artigo 36.

Art. 52º — Para ser feita a ligação de que trata esta Seção, deverá o interessado:

- I — preparar a instalação de acordo com o projeto ou esboço aprovado;
- II — pagar o valor consignado no orçamento elaborado pela CEDAE;
- III — instalar caixa de proteção do hidrômetro ou do limitador de consumo;
- IV — promover a limpeza e desinfecção da instalação predial.

Art. 53º — O ramal predial instalado para construção poderá ser aproveitado para a ligação definitiva, se estiver em bom estado de conservação.

Art. 54º — Os prédios dotados de ligação definitiva serão cadastrados e matriculados na CEDAE, cabendo a cada ramal predial uma só matrícula.

Parágrafo Único — Os imóveis, cujas construções não tenham sido concluídas e estejam parcial ou totalmente ocupadas, serão, no caso de estarem abastecidas pela CEDAE, cadastrados e matriculados, ficando, entretanto, o responsável sujeito às normas e sanções previstas neste Regulamento.

Título V

DA INTERRUPTÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA

Art. 55º — O fornecimento de água ao imóvel será interrompido nos seguintes casos, sem prejuízo da aplicação das multas previstas neste Regulamento:

- I — falta de pagamento das tarifas;
- II — irregularidades na instalação predial de água ou de esgoto sanitário;
- III — conclusão da obra sem pedido de ligação definitiva de água e de esgoto;
- IV — interdição do imóvel, por decisão judicial ou administrativa;
- V — inobservância do disposto em qualquer artigo deste Regulamento.

§ 1º — A interrupção do fornecimento será efetivada pela CEDAE, independentemente de notificação, nos casos dos incisos I, III e IV, deste artigo.

§ 2º — O fornecimento será restabelecido após a regularização da ocorrência que deu motivo à interrupção.

Art. 56º — Haverá interrupção do fornecimento de água, com a retirada do ramal predial, nos seguintes casos:

- I — cancelamento de matrícula;
- II — ligação clandestina;
- III — demolição.

Art. 57º — As despesas com a interrupção e com o restabelecimento do fornecimento, bem como a retirada do ramal predial, correrão por conta do responsável pelo imóvel.

Título VI

DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Capítulo I

DOS LOTEAMENTOS E GRUPAMENTOS DE EDIFICAÇÕES

Art. 58º — A CEDAE deverá ser consultada, em todo estudo preliminar ou anteprojeto de loteamento e grupamento de edificações, sobre a possibilidade do respectivo esgotamento sanitário, situado em área de sua jurisdição.

Art. 59º — Para obtenção da autorização de execução de coletores de loteamentos e grupamentos de edificações, de que trata o artigo 4º, deverá o proprietário, o construtor ou o instalador, obter da CEDAE a aprovação do respectivo projeto.

Parágrafo Único — Para obtenção da aprovação de que trata o presente artigo deverão ser apresentados:

1) projeto de rede de esgoto sanitário, de acordo com as prescrições estabelecidas pela CEDAE, contendo as assinaturas do proprietário e do instalador, autor do projeto e responsável pela execução das obras;

2) projeto aprovado da rede de águas pluviais;

3) projeto de arquitetura aprovado, quando se tratar de grupamento de edificações.

Art. 60º — As áreas destinadas ao serviço público de esgotamento sanitário deverão figurar no projeto de loteamento ou grupamento de edificações, com a indicação de que serão, oportunamente, cedidas a título gratuito à CEDAE, desde que seja de interesse da Companhia.

Art. 61º — O projeto não poderá ser alterado no decurso da execução da obra, sem a prévia aprovação da CEDAE.

Art. 62º — Nos loteamentos e grupamentos de edificações serão construídas redes públicas de esgoto sanitário, às quais serão ligados os coletores prediais de esgoto, sendo um para cada prédio.

§ 1º — Em casos excepcionais, a construção dos coletores referidos no presente artigo poderá ser feita pelos fundos dos lotes, desde que isto não apresente, a critério da CEDAE, inconveniente do ponto de vista técnico.

§ 2º — Os coletores de loteamentos e grupamentos de edificações serão construídos sob a fiscalização da CEDAE, à custa dos respectivos proprietários, e incorporados à rede pública de esgoto sanitário.

Capítulo II

DAS INSTALAÇÕES PREDIAIS

Art. 63º — Para obtenção da autorização de execução das obras de instalações prediais de que trata o artigo 4º, e desde que haja execução ou alteração de instalações primárias, deverá ser apresentada à CEDAE, pelo proprietário, construtor ou instalador:

I — projetos das instalações, de acordo com as prescrições estabelecidas pela CEDAE, contendo as assinaturas do proprietário e instalador, autor do projeto e responsável pela execução das obras;

II — alvará de licença da obra ou documento equivalente;

III — cópia aprovada do projeto de construção.

Art. 64º — Os esgotos que contiverem resíduos gordurosos serão conduzidos para caixa de gordura, instalada em área de uso comum, com acesso por área de condomínio ou, em casos especiais, em locais a critério da CEDAE.

Art. 65º — As caixas de inspeção, poços de visita e caixa retentoras situadas em passeios, garagens ou locais sujeitos a tráfego de veículo, deverão ser providas de tampas de ferro fundido reforçadas, cujo peso e perfil ficarão a critério da CEDAE.

Art. 66º — Será vedado construir sobre caixas de inspeção, poços de visitas, caixas de gordura, caixas sinfonadas e demais dispositivos das instalações de esgotos sanitários, impedindo o fácil acesso aos mesmos.

Art. 67º — Será obrigatória a ventilação das instalações prediais de esgoto sanitário.

Art. 68º — Não serão conduzidas para a rede pública de esgotos sanitários as águas provenientes de piscinas, sempre que as mesmas tenham outro meio de escoamento permitido.

Capítulo III

DAS INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS

Art. 69º — Os circos, parques de diversões, obras e quaisquer outras construções de natureza provisória, serão esgotados, obrigatoriamente, em caráter provisório, para destino conveniente, determinado pela CEDAE.

Art. 70º — Para obtenção da autorização de execução das obras de instalações provisórias, de que trata o artigo 4º, deverão ser apresentados à CEDAE, pelo proprietário, construtor ou instalador, os documentos previstos no artigo 63, no que for aplicável.

Art. 71º — Os prédios em construção deverão ter instalação provisória de esgoto sanitário.

Capítulo IV

DOS DESPEJOS INDUSTRIAIS

Art. 72º — O estabelecimento industrial, situado em logradouro dotado de coletor de esgoto sanitário, estará obrigado a efetuar o lançamento de despejo industrial para esse coletor, porém em condições tais que esse despejo não venha a atacar ou causar dano de qualquer espécie ao sistema público de esgoto sanitário.

Art. 73º — Para obtenção da autorização de execução das obras de instalações de despejos industriais, de que trata o artigo 4º, deverá o proprietário, construtor ou instalador apresentar à CEDAE os documentos previstos no artigo 63.

Art. 74º — O lançamento dos despejos industriais na rede pública de esgoto sanitário deverá satisfazer às prescrições estabelecidas pela CEDAE, ouvida, quando for o caso, a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA).

Art. 75º — Não serão admitidos na rede pública de esgoto, despejos industriais que contenham, entre outras, substâncias que possam vir a ser consideradas prejudiciais, tais como:

- I — gases tóxicos ou substâncias capazes de produzi-los;
- II — substâncias inflamáveis ou que produzam gases combustíveis;

III — resíduos e corpos capazes de produzir obstruções tais como trapos e estopas;

IV — substâncias que, por seu produtos de decomposição ou contaminação, possam produzir obstruções ou incrustações nas canalizações;

V — resíduos provenientes da depuração de despejos industriais;

VI — substâncias que, por sua natureza, interfiram nos processos de depuração pertinentes às estações de tratamento de esgoto.

Art. 76º — Os despejos provenientes de postos de gasolina ou garagens, onde haja lubrificação e lavagem de veículos, deverão passar em “caixa de areia” e “caixa separadora de óleo”, antes de serem lançados na instalação de esgoto sanitário.

Capítulo V

DA EXECUÇÃO

Art. 77º — As obras e serviços de instalações só poderão ser executados por instaladores registrados na CEDAE.

Art. 78º — A execução das instalações de esgoto sanitário é de inteira responsabilidade dos instaladores, que deverão observar as prescrições técnicas estabelecidas pela CEDAE.

Parágrafo Único — A CEDAE verificará somente as partes das instalações que implicarem no bom funcionamento da rede pública e as que possam ser prejudicadas por esta.

Art. 79º — Os materiais, peças, dispositivos e aparelhos sanitários e de descarga, a serem aplicados nas instalações de esgoto sanitário, deverão ser aprovados previamente pela CEDAE, observado o disposto no artigo 129.

Art. 80º — A CEDAE se reserva o direito de exigir a qualquer tempo, que as instalações de esgoto sanitário obedeçam às prescrições técnicas citadas neste Regulamento e respectivas Normas Técnicas, na forma do artigo 129.

Capítulo VI

DOS COLETORES E LIGAÇÕES

Art. 81º — A instalação de esgoto sanitário de cada prédio a ser esgotado, e a dos prédios existentes esgotados, que vierem a ser reconstruídos, deverão ser inteiramente independentes da de qualquer outro, ficando cada um com o seu coletor predial ligado ao coletor público, excetuando-se os casos previstos nos parágrafos seguintes.

§ 1º — Quando dois ou mais prédios forem construídos num mesmo lote, a critério da CEDAE, poderão ser esgotados pelo mesmo coletor predial.

§ 2º — Quando um prédio ficar nos fundos do outro em lote interior, legalmente desmembrado, o coletor predial do imóvel da frente, poderá ser prolongado para esgotar o dos fundos, desde que, não haja contra-indicação técnica e que o proprietário do lote interior solicite essa ligação à CEDAE e, obtenha autorização do proprietário do prédio da frente para esse fim, mediante prévia apresentação à CEDAE de instrumento do qual conste que essa autorização, obriga também seus herdeiros e sucessores.

Art. 82º — Toda instalação sanitária, ou qualquer dispositivo de esgoto que estiver situado abaixo do nível do respectivo logradouro, terá seus esgotos elevados mecanicamente para o coletor do referido logradouro, sempre que seja impossível esgotá-lo por gravidade, mediante uma canalização construída através de terrenos vizinhos, para o coletor público do logradouro de cota mais baixa.

§ 1º — As canalizações de recalque deverão atingir nível superior ao do logradouro.

§ 2º — Em casos especiais, a critério da CEDAE, poderá ser autorizado o emprego de fossa séptica, cujo efluente, depois de encaminhado a uma caixa coletora, deverá ser recalcado para a rede pública de esgoto sanitário.

Art. 83º — Será executada uma única ligação de instalação predial para o coletor público de esgoto sanitário.

§ 1º — Por motivo de ordem técnica, e a critério da CEDAE, poderão ser executadas outras ligações, que correrão a expensas do interessado.

§ 2º — A distância entre a ligação do coletor predial com o coletor público e a caixa de inspeção ou poço de visita, ou peça de inspeção mais próxima, situada neste coletor predial, não deverá ser superior a 15,00m.

Art. 84º — Para os prédios situados em ruas de grandes declividade poderão, a critério da CEDAE, ser adotadas soluções especiais.

Art. 85º — O esgotamento de prédios através de terrenos vizinhos será feito mediante prévia apresentação à CEDAE de instrumento firmado por todos os proprietários dos lotes a serem atravessados pelo coletor, do qual conste que a referida canalização ficará incorporada à rede pública de esgoto sanitário, podendo a CEDAE utilizá-la para a ligação de outros prédios.

Parágrafo Único — Deverá constar, também, do referido instrumento, que as obrigações nele assumidas pelos proprietários obrigarão aos respectivos herdeiros e sucessores.

Art. 86º — O coletor a ser construído em terrenos particulares deverá ser instalado, de preferência, em áreas não edificadas, para que fiquem completamente asseguradas a sua integridade e as melhores condições de limpeza e conservação.

§ 1º — O coletor já existente em terrenos particulares, sobre o qual se torne necessário construir, deverá ser desviado para áreas não edificadas, à custa do proprietário ou do construtor da obra.

§ 2º — Não sendo possível fazer o desvio desse coletor, poderá ele ser mantido, a critério da CEDAE, desde que, à custa do proprietário ou do construtor, seja convenientemente protegido, de forma a resguardar sua integridade e funcionamento, devendo, nesse caso, ser submetido à CEDAE o projeto específico.

§ 3º — No caso do § 2º deste artigo, cumprirá ao proprietário apresentar documentos à CEDAE, nos quais assumirá, por si, seus herdeiros e sucessores, plena responsabilidade por qualquer dano que o referido prédio ou construção possa causar ao coletor, isentando a CEDAE dos ônus decorrentes da existência desse coletor sob o prédio ou construção.

Capítulo VII

DO ESGOTAMENTO DOS PRÉDIOS EM ZONAS DESPROVIDAS DE REDE PÚBLICA DE ESGOTOS SANITÁRIOS

Art. 87º — Nas zonas desprovidas de redes do sistema separador absoluto, todo o esgoto sanitário dos prédios deverá ser direta ou indiretamente, encaminhado a um dispositivo de tratamento.

Art. 88º — O dispositivo de tratamento de que trata o artigo anterior deverá ser construído, mantido e operado pelos proprietários.

§ 1º — A critério da CEDAE, e mediante contrato, a responsabilidade pela operação e manutenção dos dispositivos de tratamento referido no presente artigo poderá ser transferida para a Companhia.

§ 2º — A qualidade do efluente do dispositivo de tratamento a que se refere o artigo 87 deverá alcançar os parâmetros de eficiência mínimos, estabelecidos pela CEDAE.

Art. 89º — Os dispositivos de tratamento poderão ser estáticos, de fluxo horizontal e contínuo (fossas sépticas), ou de outro tipo aprovado pela CEDAE.

Art. 90º — A CEDAE poderá, em qualquer época, em caso de comprovada necessidade técnica, exigir o tipo de tratamento que permita maior eficiência que o das fossas sépticas.

Art. 91 — Os esgotos de cozinha deverão passar por caixas de gordura antes de serem encaminhados às fossas sépticas ou outros dispositivos de tratamento.

Art. 92º — Os esgotos cujas condições forem adversas ao bom funcionamento das fossas sépticas, ou que apresentarem elevado índice de contaminação, não poderão ser encaminhados às fossas. Tais despejos, após convenientemente tratados, poderão ser reunidos ao efluente das fossas ou encaminhado a outro destino, a critério da CEDAE.

Art. 93 — Não será permitido, em hipótese alguma, lançamento de águas pluviais no interior das fossas ou outro dispositivo de tratamento.

Título VII

DA INCIDÊNCIA E COBRANÇA DA TARIFA

Capítulo I

DA CLASSIFICAÇÃO DO CONSUMO E CARACTERIZAÇÃO DE ECONOMIAS

Art. 94º — (*) O consumo de água é classificado em 4 (quatro) categorias:

I — consumo domiciliar, quando a água é utilizada em prédios de uso exclusivamente residencial, para fins domésticos;

II — consumo comercial, quando a água é utilizada em estabelecimentos comerciais ou industriais ou em prédios onde seja exercida qualquer atividade de fim lucrativo;

III — consumo industrial, quando a água é utilizada em estabelecimentos industriais, como elemento essencial à natureza da indústria.

IV — consumo público, quando a água é utilizada por edificações onde funcionam órgãos da Administração Direta da União do Estado e dos Municípios, suas Autarquias e Fundações.

§ 1º — Enquadra-se no consumo industrial, a água destinada ao abastecimento de embarcações e a fornecida às construções.

§ 2º — Enquadra-se no consumo público, a utilização da água pelos estabelecimentos hospitalares e de educação sem fins lucrativos, pelos templos e prédios ocupados por congregações religiosas e pelos prédios ocupados por associações desportivas, sociais ou recreativas, também sem fins lucrativos.

(*) Alterado pelo Dec. nº 21.319, de 16/02/95.

Art. 95º — Classifica-se, ainda, o consumo em:

I — consumo medido, quando apurado por hidrômetro;

II — consumo estimado, quando regulado por limitador de consumo;

Art. 96º — Para efeito deste Regulamento, considera-se como economia:

I — cada casa com numeração própria;

II — cada grupo de duas casas ou fração de duas com instalação de água em comum;

III — cada apartamento, com ocupação residencial ou comercial;

IV — cada loja ou sobreloja com numeração própria;

V — cada loja e residência com a mesma numeração e instalação de água em comum;

VI — cada grupo de duas lojas ou sobrelojas, ou fração de duas, com instalação de água em comum;

VII — cada grupo de quatro salas, ou fração de quatro, com instalação de água em comum;

VIII — cada grupo de seis quartos, ou fração de seis, com instalação de água em comum;

IX — cada grupo de três apartamentos de hotel ou casa de saúde, ou fração de três, com instalação própria de água;

X — cada grupo de dois vasos sanitários, ou fração de dois, instalados em pavimentos livres, sem caracterização de salas.

Capítulo II

DAS TARIFAS

Art. 97º — O Poder Executivo, mediante proposta da CEDAE, fixará o valor da tarifa unitária, de forma a atender às despesas de operação e manutenção e às despesas financeiras decorrentes dos investimentos que se fizerem necessários à ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Parágrafo Único — Não é devida a tarifa de esgoto quando os efluentes prediais forem lançados em sumidouros, valas de infiltração, valas e valões de terra não beneficiados pela Administração Pública.

Art. 98º — A tarifa mínima é o produto do consumo mínimo mensal, por economia, pela tarifa unitária.

Parágrafo Único — A CEDAE fixará o consumo mínimo mensal de que trata este artigo.

Art. 99º — O montante da tarifa mensal de esgoto, por economia, não poderá ultrapassar o da tarifa de água, ressalvado o disposto nos parágrafos seguintes.

§ 1º — Nos casos de despejo industrial a cobrança será feita considerando uma percentagem do consumo de água, levando-se em conta os índices de demanda bioquímica de oxigênio e de sólidos totais desses despejos.

§ 2º — Nos casos em que haja suprimento próprio de água, a CEDAE estimará o montante das tarifas de esgoto sanitário ou despejo industrial.

Capítulo III

DA ARRECAÇÃO E DO PAGAMENTO

Art. 100º — (*) A CEDAE fixará as normas para o lançamento, cobrança e pagamento das tarifas.

Parágrafo Único — Sem prejuízo do disposto no artigo 553 do presente Regulamento, a CEDAE poderá aplicar a multa de 3% (três por cento) até 10 (dez) dias de atraso, multa de 6% (seis por cento) até 20 (vinte) dias de atraso e multa de 9% (nove por cento) acima de 20 (vinte) dias de atraso, calculada sobre o valor consignado nas guias de cobrança das tarifas no caso de mora do usuário no respectivo pagamento, a partir de 1º de junho de 1996. () Decreto nº 22.230, de 30/05/96.*

Art. 101º — As reclamações sobre o cálculo das tarifas deverão ser feitas à CEDAE, preferentemente até a véspera do vencimento consignado na guia de pagamento.

Art. 102º — As tarifas de água e esgoto, as indenizações e as multas impostas por infrações deste Regulamento serão devidas pelos usuários, ficando os proprietários dos imóveis respectivos solidários nessas dívidas.

Parágrafo Único — No caso de imóveis sujeitos à cobrança da tarifa referentes a despejo industrial, a responsabilidade pelo pagamento de qualquer débito será do usuário.

Art. 103º — Na inscrição de Economias abastecidas ou esgotadas à revelia da CEDAE deverá ser cobrada a tarifa relativa a 12 (doze) meses, quando não puder ser verificada a data de ligação à rede, além da multa prevista no artigo 123, a critério da CEDAE.

Art. 104º — Nas edificações sujeitas à Lei de Condomínio e Incorporações, as tarifas de todas as economias serão cobradas em uma guia única, quando houver ligação comum de água.

Capítulo IV

DAS ISENÇÕES

Art. 105º — Não serão admitidas isenções das tarifas, mesmo quando o usuário seja a União, o Estado, os Municípios, ou entidades da Administração Indireta, ressalvado o disposto no artigo 106.

Art. 106º — Serão admitidas isenções contratuais nos casos de outorga de benefícios ou vantagens em favor da CEDAE.

Parágrafo Único — As isenções de que trata este artigo serão concedidas restritamente aos outorgantes usuários e limitadas a um volume determinado, fixado no contrato, ficando o excedente sujeito à incidência das tarifas correspondentes.

Capítulo V

DO CONSUMO MEDIDO

Art. 107º — A CEDAE estabelecerá valores limites de consumo normal e excedente para as categorias domiciliar, comercial e industrial, para efeito de fixação de valores de tarifas unitárias.

Art. 108º — Verificada qualquer anormalidade no funcionamento do hidrômetro, a tarifa será cobrada, até o restabelecimento da medição normal, de acordo com o consumo-base.

§ 1º — O consumo-base será determinado, periodicamente, em função do consumo médio apurado pelas leituras dos doze últimos meses.

§ 2º — Não sendo possível determinar o consumo-base, segundo o disposto no parágrafo anterior, observar-se-á o seguinte procedimento:

1) na categoria domiciliar, a tarifa será cobrada com base na média das três últimas leituras e, na falta destas, com base no consumo de cada economia;

2) nas categorias comercial e industrial, a tarifa será cobrada com base na média das três últimas leituras.

Art. 109º — Nos prédios em que as economias pertençam a mais de uma categoria de consumo e que ainda tenham só medidor coletivo, proceder-se-á, para cálculo da tarifa, da seguinte forma:

I — o consumo de cada categoria será uma parcela do total medido, atribuindo-se para a categoria domiciliar o consumo mínimo correspondente às respectivas economias;

II — sobre os consumos assim determinados, aplicar-se-ão as respectivas tarifas.

Capítulo VI

DO CONSUMO ESTIMADO

Art. 110º — (*) A CEDAE fixará os critérios para cálculo do consumo estimado. Decreto 22.163, de 08/05/96.

§ 1º — *A estimativa do consumo nos prédios em que não se possam caracterizar economias, nos termos do artigo 96, será feita com base na capacidade dos respectivos ramais prediais.*

§ 2º — *A construção (moradia), situada em zona de favela organizada sob a forma condominial, para efeito de lançamento de cobrança, de ligações de água, quando desprovida de hidrômetros, será atribuído o consumo de 15 (quinze) metros cúbicos de água por mês, por economia, independentemente do número de quartos dessa unidade residencial.*

a) *A cobrança dos serviços de esgotamento sanitário será de valor igual àquele devido pelos serviços de abastecimento de água.*

b) *O valor da tarifa a ser considerada para a cobrança a que se refere esse parágrafo será o da Estrutura Tarifária da CEDAE classificada como "B". (*) Alterado pelo Dec. 22.163, de 08/05/96.*

Art. 111º — Quando o prédio for constituído de mais de uma categoria, o consumo total de cada categoria será estimado segundo a soma dos consumos das respectivas economias.

Parágrafo Único — O apartamento ocupado pelo porteiro ou zelador será considerado como uma economia de consumo mínimo, o qual será adicionado ao consumo total estimado para o prédio.

Art. 112º — O fornecimento de água para construção será estimado em função da área a construir, segundo critérios estabelecidos pela CEDAE.

Capítulo VII

DO CANCELAMENTO DA MATRÍCULA

Art. 113º — A matrícula será cancelada a pedido do proprietário do imóvel, ou por iniciativa da CEDAE, nos seguintes casos:

- I — desocupação;
- II — demolição;
- III — incêndio;
- IV — fusão de economias;
- V — interrupção do fornecimento de água por mais de sessenta dias;
- VI — violação, por mais de duas vezes, do selo aplicado pela CEDAE nos casos de interrupção do fornecimento de água.

Parágrafo Único — O cancelamento de matrícula será anotado a partir da data da retirada do ramal predial.

Título VIII

DOS INSTALADORES

Art. 114º — A CEDAE manterá registro de instaladores habilitados a projetar e a executar instalações de água e esgoto sanitário.

Art. 115º — O registro de instalador na CEDAE terá validade por um período de dois anos podendo ser renovado a pedido do interessado.

Art. 116º — O registro poderá ser cancelado a qualquer tempo, a critério da CEDAE, sem prejuízo da aplicação das multas cabíveis, se verificada a inobservância de qualquer artigo deste Regulamento.

Art. 117º — O cancelamento do registro do instalador não o isentará da responsabilidade assumida anteriormente em obras e serviços de instalações.

Art. 118º — O responsável por empresa, cujo registro tenha sido cancelado, não poderá figurar como responsável por obras e serviços de que trata este Regulamento, em pedido de inscrição formulado por outra empresa.

Art. 119º — Só será concedida baixa de responsabilidade ao instalador nos casos de obras ainda não iniciadas ou naquelas, que já tendo sido iniciadas, estiverem de acordo com este Regulamento.

Art. 120º — A CEDAE baixará instruções para regulamentar o procedimento a que deverá obedecer o registro de instaladores.

Título IX

DAS INFRAÇÕES

Art. 121º — Independentemente da multa prevista no parágrafo único do artigo 100, a inobservância de qualquer dispositivo do presente Regulamento sujeitará o infrator a intimações, autuações e penalidades.

Art. 122º — Os responsáveis pelas infrações serão multados em quantias variáveis de 0,2 (dois décimos) da UFERJs a 20 (vinte) UFERJs. (*Alterado em 03/01/2001*).

Nova redação — Os responsáveis pelas infrações serão multados em quantias variáveis de 80 (oitenta) a 10.000 (dez mil) UFIR-RJ, cujos valores poderão ser cobrados juntamente com as tarifas do mês subsequente ao do registro da penalidade.

Parágrafo Único — Independentemente da aplicação da multa, e conforme a natureza da infração, poderá a CEDAE interromper o abastecimento de água, observando o disposto no artigo 55.

Art. 123º — Serão punidas com multas, independentemente de intimações, as seguintes infrações, cujos valores serão aprovados, previamente, pelo Conselho da CEDAE.

I — intervenção de qualquer modo nas instalações do serviço público de água ou de esgoto sanitário;

II — ligação de qualquer canalização às redes públicas de água ou esgoto sanitário;

III — violação ou retirada de hidrômetro ou de limitador de consumo;

IV — derivação de uma instalação predial para suprimento de outro imóvel ou economia;

V — intercalação de dispositivo no alimentador predial que, de qualquer modo, prejudique o abastecimento público de água;

VI — interrupção no ramal predial e no coletor predial;

VII — violação do selo nos casos de interrupção do fornecimento de água;

VIII — início de obra e de serviços de instalações de água ou de esgoto sanitário em loteamento ou grupamento de edificações, sem autorização da CEDAE;

IX — início de obra e serviços de instalações predial de esgoto sanitário, sem autorização da CEDAE;

X — emprego nas instalações de água e esgoto sanitário de materiais, peças e dispositivos que não sejam aprovados pela CEDAE;

XI — desobediência às instruções da CEDAE, na execução de obras e serviços de instalações de água ou de esgoto sanitário;

XII — introdução ou lançamento nas instalações de esgoto sanitário, de qualquer material que obstrua ou prejudique a rede pública de esgoto.

Parágrafo Único — As infrações não previstas neste artigo serão punidas com multas arbitradas pela CEDAE, observado o disposto no artigo 122.

Art. 124º — O pagamento da multa não elide, plenamente, a irregularidade, ficando o infrator obrigado a regularizar as obras ou instalações que estiverem em desacordo com o disposto neste Regulamento.

Art. 125º — O servidor da CEDAE, que constatar transgressões a este Regulamento lavrará auto de infração, independentemente de testemunhas.

§ 1º — Uma via do auto de infração será entregue ao infrator mediante recibo.

§ 2º — Se o infrator se recusar a receber o auto de infração, o autuante certificará o fato no verso do documento.

Art. 126º — O servidor assumirá inteira responsabilidade pelo auto de infração por ele lavrado, ficando sujeito à penalidade no caso de dolo ou culpa.

Art. 127º — É assegurado ao autuado o direito de defesa perante a CEDAE, no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento do auto de infração.

Título X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 128º — Não será permitida pela autoridade competente a utilização parcial ou total da edificação, sem que o interessado tenha comprovado a forma de suprimento de água e a de esgotamento sanitário.

Art. 129º — Nas instalações, obras e serviços de que trata este Regulamento, serão empregados exclusivamente materiais e equipamentos que obedeçam as especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas — ABNT, e que sejam adotados pela CEDAE, bem como serão obrigatoriamente obedecidas as normas de execução daquela Associação e da Companhia, inclusive quanto a projetos e desenhos.

Art. 130º — A CEDAE assiste o direito de, em qualquer tempo, exercer função fiscalizadora, no sentido de verificar a obediência ao prescrito neste Regulamento.

Art. 131º — É facultada à CEDAE a entrada de prédios, áreas, quintais ou terrenos de modo a serem realizadas visitas de inspeção, limpeza e reparos que as instalações de esgotos sanitários ou coletores públicos venham a exigir.

Art. 132º — Compete ao ocupante do imóvel manter as instalações prediais em bom estado de funcionamento e conservação.

Art. 133º — O abastecimento de dois ou mais prédios com água de mananciais próprios somente será permitido em locais ainda não atingidos pela rede distribuidora da CEDAE, dependendo, porém, de autorização e fiscalização da autoridade sanitária competente.

Art. 134º — Os órgãos da administração direta e as entidades da administração indireta, bem como as fundações, do Estado e dos Municípios, custearão as despesas referentes à remoção, relocação ou modificação de canalizações e instalações do sistema de água e esgoto, em decorrência de obras que executarem ou que forem executadas por terceiros com sua autorização.

Art. 135º — Os danos causados em canalizações ou em instalações do serviço público de água ou de esgoto sanitário serão reparados pela CEDAE a expensas do danificador, o qual ficará sujeito, ainda, às multas previstas neste Regulamento.

Art. 136º — Correrá por conta do interessado a despesa com a execução de obras de ampliação ou modificação da rede de água e esgoto sanitário, não programados pela CEDAE.

Art. 137º — A prestação de serviços diversos pela CEDAE será remunerada de acordo com tabelas aprovadas por seu Conselho Diretor.

Art. 138º — Os casos omissos, ou as dúvidas suscitadas na aplicação deste Regulamento, serão resolvidas pelo Conselho Diretor da CEDAE.

ÁREA 8 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO

FAIXA	MULTIPLICADOR	VALOR
0-10	1,00	2,00
11-20	1,20	2,40
21-30	1,50	3,00
31-40	2,00	4,00
41-50	2,50	5,00
51-60	3,00	6,00
61-70	3,50	7,00
71-80	4,00	8,00
81-90	4,50	9,00
91-100	5,00	10,00
101-110	5,50	11,00
111-120	6,00	12,00
121-130	6,50	13,00
131-140	7,00	14,00
141-150	7,50	15,00
151-160	8,00	16,00
161-170	8,50	17,00
171-180	9,00	18,00
181-190	9,50	19,00
191-200	10,00	20,00

CONSIDERAÇÕES

1. O valor da multa será calculado sobre o valor da multa máxima estabelecida para cada faixa.

2. O valor da multa será calculado sobre o valor da multa máxima estabelecida para cada faixa.

3. O valor da multa será calculado sobre o valor da multa máxima estabelecida para cada faixa.

4. O valor da multa será calculado sobre o valor da multa máxima estabelecida para cada faixa.

5. O valor da multa será calculado sobre o valor da multa máxima estabelecida para cada faixa.

6. O valor da multa será calculado sobre o valor da multa máxima estabelecida para cada faixa.

7. O valor da multa será calculado sobre o valor da multa máxima estabelecida para cada faixa.

8. O valor da multa será calculado sobre o valor da multa máxima estabelecida para cada faixa.

9. O valor da multa será calculado sobre o valor da multa máxima estabelecida para cada faixa.

10. O valor da multa será calculado sobre o valor da multa máxima estabelecida para cada faixa.

ESTRUTURA TARIFÁRIA

Tarifa 1

ÁREA B COM OU SEM COBRANÇA DE ESGOTO

CATEGORIA	FAIXA	MULTIPLICADOR	TARIFA	VALOR
DOMICILIAR (CONTA MINIMA)		1,00	1,228625	18,42
PÚBLICA ESTADUAL (*)	0-15	1,32	1,621785	24,32
	>-15	2,92	3,587585	185,76

CONSIDERAÇÕES

NOTA: Os valores das contas se referem aos limites superiores das faixas sendo, nas faixas em aberto (MAIOR), equivalentes aos seguintes consumos:

PÚBLICA: 60 m³/mês

Tarifa 2

ÁREA B SEM COBRANÇA DE ESGOTO

CATEGORIA	FAIXA	MULTIPLICADOR	TARIFA	VALOR
DOMICILIAR (*)	0-15	1,00	1,352470	20,28
	16-30	2,20	2,975434	64,91
	31-45	3,00	4,057410	125,77
	46-60	6,00	8,114820	247,49
	>-60	8,00	10,819760	355,68
COMERCIAL	0-20	3,40	4,598398	91,96
	21-30	5,99	8,101295	172,97
	>-30	6,40	8,655808	346,08
INDUSTRIAL	0-20	4,70	6,356609	127,13
	21-30	4,70	6,356609	190,69
	31-130	5,40	7,303338	921,02
	>-130	5,70	7,709079	996,11
PÚBLICA	0-15	1,32	1,785260	26,77
	>-15	2,92	3,949212	204,48

CONSIDERAÇÕES

NOTA: Os valores das contas se referem aos limites superiores das faixas sendo, nas faixas em aberto (MAIOR), equivalentes aos seguintes consumos:

RESIDENCIAL: 70M³/MÊS
 COMERCIAL: 50M³/MÊS
 INDUSTRIAL: 140M³/MÊS
 PÚBLICA: 60M³/MÊS

Tarifa 3

ÁREA B COM COBRANÇA DE ESGOTO				
CATEGORIA	FAIXA	MULTIPLICADOR	TARIFA	VALOR
DOMICILIAR (*)	0-15	1,00	1,407512	21,11
	16-30	2,20	3,096526	61,55
	31-45	3,00	4,222536	130,88
	46-60	6,00	8,445072	257,55
	>-60	8,00	11,260096	370,15
COMERCIAL	0-20	3,40	4,785541	95,71
	21-30	5,99	8,430997	180,01
	>-30	6,40	9,008077	360,17
INDUSTRIAL	0-20	4,70	6,615306	132,30
	21-30	4,70	6,615306	198,45
	31-130	5,40	7,600565	958,50
	>-130	5,70	8,022818	1038,72
PÚBLICA	0-15	1,32	1,855792	27,86
	>-15	2,92	4,109935	212,80

CONSIDERAÇÕES

NOTA: Os valores das contas se referem aos limites superiores das faixas sendo, nas faixas em aberto (MAIOR), equivalentes aos seguintes consumos:

RESIDENCIAL: 70M³/MÊS
 COMERCIAL: 50M³/MÊS
 INDUSTRIAL: 140M³/MÊS
 PÚBLICA: 60M³/MÊS